UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIENCIAS EXATAS E NATURAIS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
CURSO DE HISTÓRIA LICENCIATURA

**BRENNO CARLOS SILVA CIDREIRA**

# OS INDÍGENAS NOS LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA: uma análise sobre as representações presentes nos livros didáticos do Novo Ensino Médio

SÃO LUÍS – MA
2024

**BRENNO CARLOS SILVA CIDREIRA**

# OS INDÍGENAS NOS LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA: uma análise sobre as representações presentes nos livros didáticos do Novo Ensino Médio

Monografia apresentada ao curso de História da Universidade Estadual do Maranhão para o grau de licenciatura em História.

Orientadora: Profa. Dra. Sandra Regina Rodrigues dos Santos

SÃO LUÍS – MA

2024

Cidreira, Brenno Carlos Silva.

Os indígenas nos livros didáticos de história: uma análise sobre as representações presentes nos livros didáticos do novo ensino médio / Brenno Carlos Silva Cidreira. – São Luís, 2024.

83f.; il.

Monografia (Graduação) – Curso de História. Universidade Estadual do Maranhão, 2024.

Orientadora: Profa. Dra. Sandra Regina Rodrigues Santos.

1. Povos Indígenas. 2. Livros Didáticos. 3 Diversidade. 4. Representações. I. Título.

CDU 347.965.43:371.671(=1-82)

**Elaborada por Rosiene Santos - CRB 13/837**

**BRENNO CARLOS SILVA CIDREIRA**

# **OS INDÍGENAS NOS LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA**: **uma análise sobre as representações presentes nos livros didáticos do Novo Ensino Médio**

Monografia apresentada ao curso de História da Universidade Estadual do Maranhão – UEMA, para a obtenção de grau de Licenciatura em História.

Aprovado em: 03 /04/ 2024

BANCA EXAMINADORA

_____

**Profa. Dra. Sandra Regina Rodrigues dos Santos (Orientadora)**
Doutora em Políticas Públicas em Educação
Universidade Estadual do Maranhão

_____

**Profa. Dra. Márcia Milena Galdez Ferreira**
Doutora em História
Universidade Estadual do Maranhão

_____

**Profa. Dra. Lidiane Elizabete Friderichs**
Doutora em História
Universidade Estadual do Maranhão

## AGRADECIMENTOS

A todos que me apoiaram ao longo dos anos de graduação, especialmente minhas avós e meu melhor amigo Raul.

À minha orientadora Prof.ª Dr.ª Sandra Regina Rodrigues que me apoiou durante todo o processo de desenvolvimento desta pesquisa.

Ao Centro de Ensino Prof.ª Margarida Pires Leal e aos professores de História que me ajudaram na realização das pesquisas e no recolhimento de dados.

## RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso visa problematizar as representações dos povos indígenas presentes nos livros didáticos, tendo em vista que por muitos séculos, as representações dos povos indígenas eram carregadas de visões carregadas de estereótipos, estigmas e romantizações, não levando em conta a diversidade e a pluralidade cultural sobre esses povos. Os livros didáticos são importantes ferramentas para o processo ensino aprendizagem nas escolas brasileiras e eles são por diversas vezes o primeiro contato dos alunos com a diversidade social e cultural existente no mundo. Neles estão presentes discursos e imagens que são agenciadores de conhecimentos capaz de induzir e estimular no aluno a aprendizagem e assim estimular o senso crítico. É importante que esses livros didáticos sejam capazes de abarcar a diversidade cultural que rodeia aqueles que os utilizam, promovendo discursos inclusivos e reconhecedores sobre as diversas contribuições dos povos indígenas na construção da sociedade brasileira, se distanciando assim de uma visão homogênea, estereotipada, romantizada e cheia de estigmas que por séculos foi se cristalizando sobre os povos indígenas e suas culturas.


**Palavras-Chave:** Povos Indígenas; Livros Didáticos; Diversidade; Representações.

## ABSTRACT

This course conclusion work aims to problematize the representations of indigenous peoples present in textbooks, considering that for many centuries, representations of indigenous peoples were filled with views full of stereotypes, stigmas and romanticizations, not taking diversity into account. and the cultural plurality of these peoples. Textbooks are important tools for the teaching-learning process in Brazilian schools and they are often students' first contact with the social and cultural diversity that exists in the world. They contain speeches and images that are agents of knowledge capable of inducing and stimulating learning in the student and thus stimulating critical sense. It is important that these textbooks are able to encompass the cultural diversity that surrounds those who use them, promoting inclusive and recognizing discourses about the diverse contributions of indigenous peoples in the construction of Brazilian society, thus distancing themselves from a homogeneous, stereotypical, romanticized and full of stigmas that have been crystallizing for centuries on indigenous peoples and their cultures.


Keywords: Indigenous Peoples; Didatic Books; Diversity; Representations.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

**Figura 1** – Capa do livro didático de História utilizado pelo Centro Educa Mais Prof.ª Margarida Pires Leal.....65

**Figura 2** – Mulheres indígenas da etnia Waurá.....66

**Figura 3** – Box retirado do livro didático.....67

**Figura 4** – Indígenas da etnia Pataxó na Aldeia Jaqueira.....68

**Figura 5** – Mapa dos Conflitos de terras indígenas.....69

**Figura 6** – Gráfico “onde vivem os indígenas brasileiros?”.....70

**Figura 7** – Representação dos espaços geográficos.....70

**Figura 8** – Quadro Iracema.....71

**Figura 9** – Representantes da liderança indígena nacional.....73

**Figura 10** – Mapa das línguas indígenas faladas atualmente no Brasil.....74

## SUMÁRIO

**1- INTRODUÇÃO** ..... 10

1.1 - Procedimentos metodológicos ..... 14

**2- OS POVOS INDÍNGENAS NOS RELATOS DOS VIAJANTES EUROPEUS DO SÉCULO XVI E XVII E SUAS REPRESETAÇÕES NOS PRIMEIROS MANUAIS DIDÁTICOS NOS SÉCULOS XIX E XX** ..... 16

2.1 - Os indígenas retratados pela ótica dos europeus entre os séculos XVI ao XIX ..... 17

2.2 - A historiografia indígena nas últimas décadas do século XX ..... 25

**3 – LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA NA PERSPECTIVA DO NOVO ENSINO MÉDIO: Uma análise comparativa com os propósitos da atual reforma curricular (DCTMA/BNCC)** ..... 29

3.1 – A presença dos povos indígenas no livro didático “História do Brasil” de Olavo Leonel Ferreira ..... 33

3.2 - Analisando os documentos oficiais BNCC, DCTMA – Ensino Médio, para o Novo Ensino Médio: ..... 38

3.2.1 – Os povos indígenas nos pressupostos da BNCC ..... 39

3.2.2 – Os povos indígenas nos pressupostos do DCTMA ..... 43

3.3 - Analisando os livros didáticos do Novo Ensino Médio adotados pelo Centro Educa Mais Prof.ª Margarida Pires Leal: ..... 45

**4 – OS INDÍGENAS NOS LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA: as ilustrações presentes nos livros didáticos de História do Centro Educa Mais Prof.ª Margarida Pires Leal** ..... 62

4.1 – Analisando as imagens presentes nos livros didáticos ..... 65

**5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS** ..... 76

**REFERÊNCIAS** ..... 79

## 1- INTRODUÇÃO

Entre os séculos XVI e XX, os historiadores, viajantes e cronistas europeus escreveram sobre os povos indígenas a partir de visões eurocentristas. Essas visões se cristalizaram no imaginário e nos documentos escritos e se propagaram durante os séculos. Eles consideravam os indígenas como povos ágrafos, que não utilizavam a escrita, acreditando que eles apenas utilizavam a oralidade para passar seus conhecimentos. E, durante o século XIX e boa parte do XX, as fontes documentais eram consideradas verdades absolutas e sem elas não poderia haver uma história. Portanto, na visão deles, os indígenas não poderiam ter uma história.

São narrativas históricas e literárias que tiveram início no século XVI, com a chegada dos portugueses e o surgimento das primeiras descrições do território, da natureza e dos costumes indígenas. Essas narrativas estão presentes nas cartas de viagem, nas crônicas, nos diários de navegação e tratados descritivos que dão a conhecer o território, as plantas, o clima, os animais e as populações indígenas, servindo como guias de objetos e sentidos daquilo que foi encontrado na América. A partir delas foram fornecidas as primeiras imagens das populações indígenas, criando um imaginário que se impregnou na História do Brasil e perdura até nos nossos dias, contribuindo para uma visão homogeneizada, folclorizada, romantizada, preconceituosa e propiciadora de práticas sociais de exclusão e marginalização das populações indígenas.

É importante lembrar que essas narrativas tinham o objetivo de familiarizar os leitores europeus com os eventos e povos que ali foram descritos. Isso foi importante para transformar o “novo” em algo mais familiar, que pudesse ser facilmente assimilado, encontrando referências e “aceitação” em concepções já formadas e consolidadas pela cultura cristã. Como proposto por Angela Arruda (2002, p. 17), “a representação aplaca instantaneamente o conteúdo perturbador do outro, retrabalhando-o, tornando-se, assim, a diferença incorporada, dando forma ao holograma”.

Nesse sentido, grande parte dessas narrativas descrevem a diversidade de etnias indígenas como um grupo homogêneo, sem especificidades históricas e culturais. Essa homogeneização dos povos indígenas visava o apagamento

das diferenças étnicas e culturais, para que a administração da diversidade indígena não atrapalhasse a universalização dos critérios jurídicos e morais eurocêntricos e cristãos.

A homogeneização das populações indígenas foi amplamente publicizada nos manuais didáticos produzidos por intelectuais nos séculos XIX e XX, resumindo as diferentes populações indígenas, em sua multiplicidade de características diferentes, costumes e culturas, a um só povo, singular e inferior, como diz Susane Rodrigues de Oliveira[1] (2015) no seguinte trecho:

> Além disso, reforçou uma história baseada no silêncio, na inferiorização e/ou negação dos conhecimentos e práticas indígenas; uma história que acabou negando-lhes o direito de ter especificidades e particulares históricas e culturais reiterando uma série de conceitos globalizantes e essencialistas a respeito de suas identidades e diferenças. (Oliveira, 2015, p. 65)

Como reflexo do exposto acima, é possível se dizer que a escrita da história brasileira, por um longo período, desprezou a "verdadeira" história indígena.

A história das populações indígenas ainda é pouco explorada em diversos espaços acadêmicos e escolares, por conta da escassez de fontes escritas sobre os indígenas. Como observa Natalino (2004, 177), isso está relacionado ao "papel preponderante que era desempenhado pelas narrativas orais e por formas de registro muito distintas das que tradicionalmente reconhecemos como tais, como por exemplo os *ceques*, [...] os *quipus*, os *pallares* ou os *tocapus*".

Portanto, até meados do século XX, as populações indígenas eram retratadas de formas homogeneizadas e romantizadas por diversos intelectuais, à medida que estes utilizavam as narrativas e relatos coloniais como fonte para a escrita de uma história nacional. Apesar dessa constatação, não podemos descartar as narrativas coloniais como possibilidade de fontes, pois devemos considerar a sua importância para o estudo da temática, à medida que elas

[1] Susane Rodrigues de Oliveira é historiadora e professora associada na área de Teoria e Metodologia do Ensino de História do Departamento de História da Universidade de Brasilia (UnB). Publicou um livro chamado Por Uma História Possível: Representações das Mulheres Incas nas Cronicas e na Historiografia, publicado pela Paco Editorial em 2012.

representam um olhar sobre os povos indígenas, mesmo que esse olhar seja carregado de preconceitos.

Motivado por todas as questões acima, considero importante ressaltar que, durante o processo da graduação, tive contato com temáticas sobre os povos indígenas em uma disciplina especifica no segundo período. A disciplina “História dos povos indígenas do Brasil e das Américas”. Esta disciplina trouxe um apanhado de textos sobre algumas populações indígenas presentes em toda América, destacando suas características particulares e diversas outras perspectivas.

As temáticas sobre os povos indígenas foram importantes para o desenvolvimento de trabalhos e projetos realizados durante a graduação e durante os contatos mantidos com o Ensino fundamental e Ensino Médio nos estágios curriculares. Alguns aspectos nesses contatos foram despertando uma maior motivação e atração pela temática, pois o que era repassado em sala de aula acentuava os estereótipos e preconceitos que os povos indígenas lutam, ainda hoje, para que sejam superados. Visões preconceituosas, que fantasiam uma realidade de vida dos povos indígenas que não existe, acentuando a homogeinização, situação vivenciada por diversas comunidades indígenas atualmente no Brasil e no resto da América Latina como um único povo, situação essa que é de extrema violência para com eles, com a sua cultura e, principalmente, seu território.

Por séculos os povos indígenas foram ignorados da história da formação dos países americanos. No Brasil, a partir do início do século XX, os povos indígenas foram gradativamente sendo incluídos na sociedade brasileira. Em 1916, o Código Civil os colocou entre os “relativamente capazes”, equiparados às mulheres casadas e aos menores de idade entre 16 e 21 anos. O objetivo era “proteger” os povos indígenas de maus negócios em que sua inexperiência poderia comprometê-los.

Os povos indígenas eram “tutelados” pela União que representava uma “proteção” para eles, à medida que eles eram vistos como “relativamente capazes”. Porém, a tutela dos povos indígenas não foi examinada por nenhum órgão competente, para que fosse analisado o caráter da SPI ou da Funai no trato dos interesses dos povos indígenas.

Atualmente, temos figuras indígenas ocupando importantes cargos políticos nos sistemas governamentais brasileiro e no resto da América Latina, porém, ainda persiste as visões preconceituosas, os estigmas, as visões errôneas sobre esses povos, seus costumes, sua cultura e suas histórias.

Nesse contexto, este trabalho se faz necessário à medida que atualmente, os povos indígenas ainda são retratados como atores coadjuvantes dos processos históricos, muitas vezes sendo retratados com estereótipos a partir de uma visão totalmente influenciada por características eurocêntricas. Além de ser um dos pontos de partida para uma inclusão maior e melhor de temáticas relacionadas aos povos indígenas que são parte fundamental da nossa história, a fim de uma reflexão acerca de como esses povos se encontram hoje e quais as dificuldades que eles enfrentam.

O percurso teórico e metodológico para o desenvolvimento deste estudo foi possibilitado por uma ancoragem pautada em uma bibliografia, na qual destaca-se Abud (1984), Cavalheiro (2002), Ferreira (2015), Grupioni (1995), Monteiro (2010), Natalino (2004) Rivero (2000), Silva (2010), entre outros autores.

Para responder aos pressupostos dos autores acima citados, nos respaldamos em analisar como os livros didáticos de História da 1ª, 2ª e 3ª série do Novo Ensino Médio do Centro Educa Mais Profª Margarida Pires Leal, retratam os povos indígenas, buscando problematizar os discursos que ali são construídos a partir de uma possível visão estereotipada, estigmatizada e preconceituosa sobre os povos indígenas e sua cultura.

Além de compreender como é abordada a diversidade indígena nos livros didáticos de História do Novo Ensino Médio no Centro Educa Mais Profª Margarida Pires Leal, comparar o que está nos livros didáticos referentes aos povos indígenas, conforme o proposto pela BNCC e DCTMA, bem como em outros manuais didáticos e analisar as imagens referentes aos povos indígenas apresentadas nos livros didáticos, buscando perceber se elas apresentam uma visão menos estereotipada, preconceituosa e estigmatizada dos povos indígenas e sua cultura.

Esta monografia está organizada em três capítulos: no segundo capítulo, buscamos fazer uma breve contextualização sobre a história dos povos indígenas antes e depois da chegada dos colonizadores portugueses nas terras

da América do Sul, objetivando compreender como autores de livros didáticos construíram, através das narrativas históricas, discursos sobre a história e a cultura dos povos indígenas e verificar como os povos indígenas são representados nas páginas dos livros didáticos de História produzidos durante os séculos XIX e XX, proporcionando a reflexão e problematização de aspectos estereotipados e preconceituosos que geralmente estão presentes nas representações dos povos indígenas nesses livros didáticos.

O terceiro capítulo visa analisar alguns livros didáticos de História ao longo das últimas décadas, bem como os livros da 1ª 2ª, 3ª série do Centro Educa Mais Prof.ª Margarida Pires Leal, os textos referentes aos povos indígenas apresentados nos livros didáticos, buscando perceber se eles apresentam ainda uma visão estereotipada e preconceituosa sobre os povos indígenas e sua cultura, fazendo sempre um comparativo com aquilo que é proposto pelo DCTMA, alinhado a BNCC. No quarto e último capítulo, analisamos as imagens referentes aos povos indígenas que estão presentes nos livros didáticos de História do Novo Ensino Médio do Centro Educa Mais Prof.ª Margarida Pires Leal, com o objetivo de constatar se elas representam uma imagem mais próxima daquilo que foram e são os povos indígenas, sem a presença de estigmas preconceituosos, estereotipados, homogeneizados e romantizados desses povos.

**1.1 - Procedimentos metodológicos**

A grande violência existente ainda hoje contra os povos indígenas foi um dos principais motivos que levaram a realização da pesquisa sobre essa temática. Por séculos a história dos povos indígenas foi deixada de lado, e por décadas ela vem sendo contada de formas inadequadas. O preconceito, o racismo, os estereótipos, a violência, os silenciamentos, são características comuns dos discursos sobre os povos indígenas.

Ainda são poucos os estudos relacionados a essa temática, até mesmo na graduação. E isso representa um problema para a construção de livros didáticos que deixem de lado o preconceito, os estereótipos, a estigmatização dos povos indígenas. Portanto, faz-se necessário contribuir para o campo de pesquisas sobre os povos indígenas, de maneira que afaste tais aspectos negativos criados historicamente a respeito da história desses povos.

Para isso, foram analisados os livros didáticos de História do Novo Ensino Médio do Centro Educa Mais Prof.ª Margarida Pires Leal, para que fosse observado os discursos e representações sobre os povos indígenas, presentes nos livros didáticos. A análise das imagens presentes nos livros didáticos referentes aos povos indígenas foi de extrema importância para a realização desse trabalho, pois foi realizada uma análise crítica levando em consideração, desde os aspectos demonstrados naquelas imagens, até o porquê da escolha das mesmas.

Além disso, em nossa pesquisa, buscamos analisar e refletir acerca de como o livro didático de História segue as normas propostas pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Para isso, foi analisado os componentes curriculares propostos pela BNCC e pelo Documento Curricular do Território Maranhense (DCTMA), referentes a 1ª, 2ª e 3ª série do Novo Ensino Médio, bem como as orientações repassadas aos professores para tratar das temáticas referentes aos povos indígenas. Tendo em vista os pontos observados, foi necessária a realização de uma análise comparativa para constatar se o livro adotado pela escola estava adequado de acordo com os componentes propostos pela BNCC referidos aos respectivos anos do Novo Ensino Médio. Foram analisados também alguns manuais e livros didáticos de períodos diferentes como os publicados nos séculos XIX e XX, tal qual o livro “História do Brasil” de Olavo Leonel Ferreira reformulado e publicado no ano de 1986, a fim de realizar uma análise comparativa daquilo que está posto nesses livros didáticos com aquilo que está posto nos livros didáticos adotados pelo Novo Ensino Médio.

## 2- OS POVOS INDÍNGENAS NOS RELATOS DOS VIAJANTES EUROPEUS DO SÉCULO XVI E XVII E SUAS REPRESETAÇÕES NOS PRIMEIROS MANUAIS DIDÁTICOS NOS SÉCULOS XIX E XX

Neste capítulo trazemos um breve panorama sobre a história dos povos indígenas no Brasil e uma breve discussão sobre como os povos indígenas foram representados nos manuais e livros didáticos de História ao longo da história do Brasil, sobretudo nos séculos XIX e XX, destacando pontos onde são apresentadas representações carregadas de aspectos estereotipados, romantizados, folclorizados e homogeneizados dos povos indígenas.

Os povos indígenas viviam nas américas há muito tempo antes dos espanhóis e portugueses pisarem aqui. Cerca de 50 milhões de povos indígenas estavam espalhados pelo território que hoje conhecemos como América. Cada qual com suas organizações sociais, culturais e econômicas. As populações indígenas falavam diversas línguas, além disso, possuíam conhecimentos sobre o território e tinham uma cultura sofisticada que o colonizador europeu não compreendeu, pois eram visões de mundo e estruturas sociais completamente diferentes das deles.

A colonização europeia foi responsável pelo genocídio de diversas etnias, pois os europeus estavam interessados na exploração das terras indígenas e não em entender a cultura e o modo de vida dos povos indígenas. Nesse sentido, o processo de colonização se caracterizou por uma violência simbólica, física e psicológica sobre os povos indígenas, destruindo grande parte de sua cultura e os obrigando a se adaptar aos estilos de vida dos europeus.

A África é considerada por muitos pesquisadores o Berço da Humanidade, pois foi no continente africano que foram encontrados os fósseis dos primeiros hominídeos e a espécie do ser humano atual, de acordo com as evidências encontradas até o momento. A arqueóloga norte-americana Anna Roosevelt (1992), realizou pesquisas que indicaram que na Amazônia havia a presença de povos indígenas no continente americano muito anterior ao processo de colonização europeia. Aqui se desenvolveram diversas sociedades indígenas com sistemas sociais, culturais e econômicos únicos, cuja complexidade ainda é pouco compreendida. Alguns estudiosos acreditam que grupos teriam saído da Ásia e chegado a América através do estreito de Bering

há 12 mil anos, durante o período glacial, porém, a pesquisadora Niède Guidon afirma que as migrações para a América podem ter ocorrido por volta de 48 mil anos, de acordo com estudos sobre o sítio arqueológico da Serra da Capivara no Piauí. Portanto, é fato que os povos indígenas já estavam por aqui bem antes dos colonizadores europeus.

Assim que chegaram, os europeus tiveram contato somente com os grupos que habitavam no litoral, pois adentrar os interiores de um continente cujo conhecimento territorial era quase inexiste, era muito perigoso. Sendo assim, os colonizadores europeus não tiveram contato, logo de imediato, com os diversos povos indígenas que viviam no continente.

Nesses primeiros contatos, podemos analisar, a partir das cartas de Pero Vaz de Caminha, algumas das primeiras concepções que os colonizadores tiveram sobre os povos indígenas. Na carta de Pero Vaz de Caminha, podemos observar alguns elementos que limitam a realidade dos povos indígenas daquela época, pois Caminha, em seu relato, evidencia algumas características físicas e percepções sobre os povos indígenas como: eles eram dóceis, inocentes e amáveis. Sendo essas as primeiras impressões de Pero Vaz de Caminha, podemos observar que tais impressões acabam colocando os povos indígenas na condição de bons selvagens que precisavam ser salvos e libertos. Essas percepções foram se perpetuando durante séculos e contribuíram para a consolidação de visões estereotipadas e homogeneizadas sobre os povos indígenas.

Durante o processo de colonização da América Portuguesa, o território recebeu diversos viajantes, pintores e cronistas que tinham como objetivo retratar a fauna e a flora, os costumes, a vida social e principalmente os povos indígenas. Eles ficavam encarregados de retratar, com detalhes, todos esses aspectos, para que em sua volta para o continente europeu, pudessem publicar esses estudos que eram consumidos principalmente pela elite letrada.

## 2.1 - Os indígenas retratados pela ótica dos europeus entre os séculos XVI ao XIX

A partir desses relatos de viagens e de registros de pinturas feitas por diversos viajantes e não viajantes durante os séculos XVI ao XIX, foi sendo

construída uma série de representações romantizadas, preconceituosas, folclorizadas e homogeneizadas sobre as populações indígenas, representações essas que foram sendo difundidas nos livros didáticos de História ao longo dos séculos.

Esses trabalhos retratavam as populações indígenas como indivíduos exóticos, por vezes dóceis, amáveis e incivilizados. Esse material ficou muito conhecido como leitura de viagem e se constituiu como uma literatura de testemunhos.

É importante frisarmos que essas são impressões dos conquistadores, são pontos de vista que colocam o outro, aquilo que é diferente, numa posição inferior. Essas visões foram cristalizadas pelos historiadores do século XIX, pois para eles, a carta de Pero Vaz de Caminha era um documento inquestionável que narrava as primeiras impressões sobre os povos que viviam na terra que viria a ser chamada de Brasil.

A seguir trouxemos um pequeno fragmento de um dos cronistas que descreviam os indígenas:

> Todas estas nações de gentes [...] seguem sua gentilidade, são feras, selvagens, montanhesas e desumanas: vivem ao som da natureza, nem seguem fé, nem lei, nem rei (freio comum de todo homem racional). E em sinal dessa singularidade lhes negou também o Autor da natureza às letras F, L, R. Seu Deus é seu ventre [..], sua lei, e seu rei, são seu apetite e gosto. [...]. [...] Nos mais costumes são feras, sem política, sem prudência, sem quase rastro de humanidade, preguiçosos, mentirosos, comilões, dados a vinhos; e só nesta parte esmeraldos [...]. (Vasconcelos, 1663, p. 75-76).

No fragmento podemos perceber que os termos utilizados pelo cronista Simão de Vasconcelos para caracterizar as nações indígenas são pejorativos. Esses termos acabam colocando os povos indígenas em uma posição de inferioridade na escala evolutiva da civilização. Esse tipo de divisão, contribuía para a ampliação das visões estereotipadas e preconceituosas sobre as sociedades indígenas. Ele acreditava que os indígenas viviam em estágio primitivo e que eram desprovidos de humanidade, negando assim as diversidades étnicas e culturais dos povos indígenas. Simão de Vasconcelos também acreditava que as sociedades indígenas eram desprovidas de organização social, não possuindo um sistema político, religião ou leis.

Em contraponto a isso, na sua obra Sociedades Indígenas (1986), Alcida Rita Ramos deixa claro que os relatos de Simão Vasconcelos de uma sociedade indígena desprovida de organização social, sem sistema político, religioso ou de leis, é fruto de uma visão preconceituosa e carregada de estigmas sobre as sociedades indígenas.

Esta autora traz um pouco sobre a importância do território para os povos indígenas, bem como um olhar panorâmico sobre os sistemas econômicos e sociais existentes em algumas sociedades indígenas. Além disso, a autora faz uma análise sobre a lógica das relações sociais, a organização política e a religiosidade nessas sociedades indígenas.

Alcida no fragmento do seu livro “Sociedades Indígenas” destaca:

> Sendo um recurso natural vinculado à vida social como um todo, a terra não é e não pode ser objeto de propriedade individual. De fato, a noção de propriedade privada da terra não existe nas sociedades indígenas. [...] No passado, quando não havia grande pressões sobre a quantidade de terra a ser utilizada por cada sociedade indígena, a questão da manutenção de fronteiras territoriais não chegava a se colocar de maneira categórica. Todos tinham o direito de utilizar os recursos do meio ambiente na forma de caça, pesca, coleta e agricultura, sem que divisas rígidas fossem mantidas entre aldeias e mesmo entre sociedades vizinhas. (Ramos, 1986, p.6)

Nesse sentido, os povos indígenas, não delimitavam suas terras como terras privadas, podendo todos de uma comunidade e até mesmo de comunidades vizinhas desfrutarem dos frutos dessas terras. Não há qualquer senso de propriedade privada, embora o produto do trabalho pudesse ser individual, ou melhor dizendo, familiar, o acesso aos recursos era coletivo.

E atualmente, diversas sociedades indígenas da América do Sul se encontram cercadas pelas sociedades nacionais em expansão, o que acaba causando uma grande redução de seus territórios tradicionais e os obrigando a instituir uma defesa de fronteiras rígidas. Porém, mesmo com esses problemas, a terra que lhes resta continua sendo considerada uma propriedade de posse coletiva de vários grupos e não apenas de um só grupo.

Nesse sentido, podemos perceber que o modelo ocidental de propriedade individual não foi adotado pelas sociedades indígenas. Ramos (1986, p. 14) pontua que:

> as reivindicações que partem das populações indígenas diante das autoridades nacionais enfatizam o grupo como um todo e não como indivíduos particulares, não só nas questões territoriais, como também nas questões relacionadas a assistência médica, educação e outros benefícios a que esses povos têm direito (Ramos, 1986, p. 14)

Como podemos perceber, as populações indígenas foram subrepresentadas pelos colonizadores europeus com base no padrão cultural e estético que eles viviam na época. Durante o processo de colonização da América Portuguesa, muitos viajantes retrataram os nativos a partir de diferentes perspectivas e com interesses diversos. Muitos dos registros eram baseados em uma simples visão imaginativa do que os povos indígenas eram e seus costumes, uma vez que muitos dos colonizadores que produziam esses relatos nem chegaram a visitar os locais onde esses grupos indígenas. No entanto, esses documentos servem como fontes para os pesquisadores desde que contextualizadas, interpretadas e analisadas de forma crítica e com um rigor teórico metodológico da ciência.

As narrativas de conquista e colonização enalteciam a ação heroica e desbravadora dos colonizadores portugueses, enquanto os indígenas eram representados como dóceis, facilmente vencidos, catequizados e transformados pelos portugueses.

Na primeira metade do século XIX, no Rio de Janeiro, foi fundado o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) que tinha como objetivo criar um projeto de História Nacional, pois naquele momento o Brasil tinha acabado de se tornar um país independente e precisava construir uma identidade nacional para poder se apresentar diante das outras nações. Diante disso, a historiadora Lilia Schwarcz na sua obra “O espetáculo das Raças”, argumentou que:

> Criado logo após a independência política do país, o estabelecimento carioca cumpria o papel que lhe fora reservado, assim como aos demais institutos históricos: construir uma história da nação, recriar um passado, solidificar mitos de fundação, ordenar fatos buscando homogeneidades em personagens e eventos até então dispersos. Exemplos longínquos dos centros do Velho Mundo, no Brasil, os institutos se proporão a cumprir uma tarefa monumental: “Colligir, methodizar e guardar” (RIHGB, 1839\ I) documentos, fatos e nomes para finalmente compor uma história nacional para este vasto país, carente de delimitações não só territoriais. (Schwarcz, 1993, p. 129).

O fragmento da obra de Schwarcz deixa claro que após o processo de independência do Brasil, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro ficou responsável por sistematizar a história da nação. Mas para escrever uma história da nação era necessário algum questionamento: como escrever uma história nacional para uma sociedade marcada pelo trabalho escravo e pela existência de povos indígenas? Quais seriam os eventos importantes? Quais seriam os temas abordados? Quais memórias seriam preservadas? Quais seriam os heróis nacionais? Foram perguntas como essas que os intelectuais que faziam parte desse instituto tinham que responder.

A imagem do indígena que foi construída nesse primeiro momento no instituto, é aquela imagem do bom selvagem que vive na floresta e que precisaria ser salvo e liberto pela igreja, após isso estaria apto para se integrar na sociedade dita civilizada. A história que se pretendia construir no IHGB, nos primeiros anos de sua existência, era uma história que tinha como foco a colonização portuguesa com um toque de patriotismo, sendo assim, essa história englobaria os feitos dos colonizadores, deixando as populações indígenas num papel secundário.

Nos anos seguintes, a temática indígena começou a ganhar espaço de destaque nas publicações do IHGB, como fora revelado por Guimarães:

> Trabalhos e fontes relativos à questão indígena ocupam indiscutivelmente o maior espaço da Revista, abordando os diferentes grupos, seus usos, costumes, sua língua, assim como das diferentes experiências de catequese empreendidas e o aproveitamento do índio como força de trabalho [...]. Podemos vislumbrar alguns caminhos para explicar como esta temática encontrou especial ressonância não só no interior da Revista, como nos meios letrados brasileiros daquela quadra histórica, na teia de relações políticas, econômicas e sociais em que tais discussões sobre a questão indígena estavam sendo produzidas. Para os círculos intelectuais, ocupar-se deste tema ganhava sentido exatamente no momento em que a tarefa de construção da Nação colocava-se como prioritária, envolvendo o processo de interação física do território e a discussão relativa às origens da Nação. Significava pensar o lugar das populações indígenas no projeto em construção, definindo um saber sobre estes grupos, para ser tornado memória, a fixar e transmitir. [...]. (Guimarães, 1988, p. 20).

Nesse sentido, as populações indígenas foram incorporadas no discurso historiográfico do instituto em diferentes perspectivas e contextos. Com isso, eles

emergiam como um ser natural que vivia de acordo com a natureza, porém, ao mesmo tempo eram apresentados como não evoluídos.

Durante o século XIX, as escolas também apresentaram diferentes concepções e abordagens sobre o Brasil. Nesse momento foi inserida a temática indígena nas discussões, porém essa temática foi introduzida a partir de uma perspectiva romantizada e idílica. Portanto, os povos indígenas passaram a aparecer nas páginas dos livros e no ensino de História, bem como nas discussões historiográficas travadas no interior do IHGB. Mas a história que fora promovida pela IHGB, foi uma história linear, determinista e factual que tinha como objetivo a criação de mitos nacionais, dando protagonismo aos homens não indígenas.

Em 1861, Joaquim Manuel de Macedo[2], historiador e professor de História do Colégio Dom Pedro II escreveu um livro didático sob o título "Lições de história do Brazil"[3], esse livro didático foi utilizado nas escolas de ensino primário do Rio de Janeiro. Os povos indígenas são referenciados em dois capítulos da obra*: Lição V – O Brasil em Geral – O Gentio do Brasil* e *Lição VI – O Gentio do Brasil em relação à família*. Nas passagens presentes no livro didáticos, o autor apresentava os povos indígenas como indivíduos selvagens, cruéis, sagazes, astuciosos, bravos etc. Essas representações ganharam destaques nos manuais didáticos durante o século XIX, contribuindo para que essa visão negativa sobre as populações indígenas fosse propagada também no cotidiano escolar, bem como na sociedade como um todo.

Joaquim Maria de Lacerda[4] foi um grande autor de livros didáticos do século XX. Em 1907, foi publicado pela livraria "*Francisco Alves*" um livro didático de história denominado "*Pequena história do Brasil por perguntas e respostas*".

---

[2] Joaquim Manuel de Macedo foi professor de História do Brasil no Colégio Dom Pedro II entre 1849 e 1879, tonou-se sócio membro do IHGB ocupando o cargo de secretário nesse instituto. Em 1844 publicou o Romance "A moreninha", obra que o consagra dentro do movimento do Romantismo.

[3] Disponível em: <Http://lemad.fflch.usp.br/livros-did-ticos-digitalizados?title=&field_published_value=&page=4> . Acesso em: 26 de jan. 2023.

[4] Nasceu no Rio de Janeiro em 1838 e formou-se em Direito. Foi autor de diversos livros didáticos de História tendo publicado: Pequena história do Brasil por perguntas e respostas (1907); Pequena geografia da infância para uso das escolas primárias (1887) e Arithmetica da infância (1881). Fonte: <http://lemad.fflch.usp.br/node/1156>.

O livro também foi aprovado pelo Conselho Superior de Instrução do Rio de Janeiro e na sua primeira edição vendeu dez mil exemplares. Nele foram reservadas duas páginas para abordar a temática indígena em forma de questionário. Abaixo algumas passagens do livro no que diz respeito aos povos indígenas:

> [...] *P. Que povos habitavão o Brazil na epocha do seu descobrimento?*
>
> **R.** O Brasil era habitado por mais de cem tribus ou nações de Indios selvagens.
>
> *P. Qual era a principal d'essas nações de Indios?*
>
> **R.** A principal era a Nação dos tupis, que dominava grande extensão do littoral, e se dividia em muitas tribus distinctas.
>
> *P. Nomeai algumas das tribus mais importantes?*
>
> **R.** As tribus mais importantes erão: os Tamoios, no estado do Rio de Janeiro; os Carijós, entre Santos e Rio- Grande do sul; os tupinambás e os Tupiniquins, no estado da Bahia; os Cahetés e os Tabayares, em Pernambuco; os Pitagoares, na Parahyba e Rio-Grande do Norte.
>
> *P. Quaes erão as outras principaes nações indigenas?*
>
> **R.** Notavão-se ainda: a dos Tapuias, no Norte do Brazil, que contava muitas tribus sendo a dos Aymorés a mais feroz; a dos Goytacazes, que occupava parte dos estados do Rio de Janeiro e de Minas; a dos Guayanazes, nas planicies de Piratininga (S. Paulo); a dos Guaycurús, índios cavalleiros, no estado de MattoGrosso; etc.
>
> *P. Quaes erão os usos e costumes caracteristicos d'essas tribus selvagens?*
>
> **R.** Vivião errantes; andavão em nudez quasi completa, trazendo apenas enfeites de pennas de varias côres; alimentavão-se da caça, da pesca, de fructas e raízes; guerreavão-se de continuo uma ás outras; e, antropóphagas quasi todas, devoravão os prisioneiros.
>
> *P. De que armas se servião os Indios do Brazil?*
>
> **R.** As principaes armas erão o arco e a flecha, que manejavão com admiravel destreza, e maça ou clava, feita de páu durissimo e pesado, a que chamavão tacape.
>
> *P. Que religião professavão os Indios do Brazil e quaes erão os seus sacerdotes?*
>
> **R.** Póde-se dizer que os Indios do Brazil não tinha religião ou culto algum. Seus pagés erão pretendidos feiticeiros e adevinhadores, que vivão retirados em palhoças e em grutas, e exercião immenso imperio nos animos dos selvagens. (Lacerda, 1907, p. 14-17).

Assim como no livro de Joaquim Manuel de Macedo, aqui as populações indígenas são representadas como: ferozes, primitivos, bárbaros, horríveis, não possuindo religião, praticantes de feitiçaria e sedentos por vingança. Sendo assim, a imagem que os manuais escolares atrelavam aos povos indígenas era a de um povo inferior aos povos europeus, à medida que suas práticas demonstravam comportamentos malvistos pelos colonizadores europeus. Esses últimos sempre eram retratados como civilizados e evoluídos, à medida que traziam consigo um modelo de civilização para "ajudar" no desenvolvimento dos povos indígenas, considerados bárbaros.

Em 1914, foi publicado um livro didático de história destinado a alunos de Instrução Primária denominado "Resumo da História do Brasil". Antonio Vieira da Rocha foi o autor que publicou esse livro e ele reservou duas páginas às populações indígenas, sendo elas "O Gentio" e "Usos e Costumes do gentio no Brasil".

Analisando o livro, podemos perceber que os povos indígenas foram representados como nômades, selvagens, antropófagos e que viviam em tribos. Eles também foram classificados em dois grandes grupos: os Tupis e Tapuias, que internamente se subdividiam em várias etnias com suas particularidades conforme destaca o autor.

Assim, Rocha (1914, p. 19), nos apresenta:

> O vasto e uberrimo terreno do Brasil era habitado por innumeraveis tribus ou nações de selvagens, na maior parte anthropophagos ou comedores de carne humana.
>
> Estes indios se podem dividir em *Tupys e Tapuyas*.
>
> Os tupys habitavam o litoral de Norte a Sul e do rio Xingú ao Tapajoz, subdividindo-se em varias tribus cada uma das quaes tinha o seu dialecto particular, falando porém todos uma língua geral, pela qual se entendiam todas as tribus. As principaes tribus dos Tupys eram: os *Pitaguares*, no Rio Grande e Parahyba do Norte; *Cahetés* e *Tabayares*, em Pernambuco; *Tupinambás* e *Tupyniquins*, na Bahia; *Tamoyos*, no Rio de Janeiro; *Goyanazes*, em São Paulo, e *Carijoz*, no Rio Grande do sul, Paraná e Santa Catarina.
>
> As tribus *Tapuyas* habitavam logares mais altos e a leste, sendo as suas pricipaes tribus: os *Botucudos, Aymorés, Coroados, Puris, Goytacazes, etc.* quasi todos entre o Rio de Janeiro, Espirito Santo e Minas Geraes. (Rocha, 1914, p. 19).

Em 1917, uma passagem no livro didático publicado por João Ribeiro intitulado “História do Brasil para o ensino secundário”, afirma que foi necessário escravizar os povos indígenas. A seguir o trecho: “[...] a escravidão era também o trabalho e o castigo corporal, e o índio, de natureza indolente, não podia e não gostava de trabalhar. D’ahi nasceram muitos tumultos e vinganças atrozes” (RIBEIRO, 1917, p. 19).

A passagem nos revela que muitos dos autores de livros didáticos dos séculos XIX e início do XX tentaram justificar a escravidão dos povos indígenas com o discurso que o trabalho dignificava e civilizava. Nesse sentido, os povos indígenas foram submetidos ao trabalho forçado pelo colonizador. Sobre a escravidão indígena, Darcy Ribeiro (2006, p. 88), esclarece:

> A escravidão indígena predominou ao longo de todo o primeiro século. Só no século XVII a escravidão negra viria a sobrepujá-la [...]. Nenhum colono pôs jamais em dúvida a utilidade da mão de obra indígena, embora preferisse a escravatura negra para a produção mercantil de exportação. O índio era tido, ao contrário, como um trabalhador ideal para transportar cargas e pessoas por terras e por águas, para o cultivo de gêneros e o preparo de alimento, para a caça e a pesca. Seu papel foi também preponderante nas guerras aos outros índios e aos negros quilombolas. (Ribeiro, 2006, p. 88).

## 2.2 - A historiografia indígena nas últimas décadas do século XX

No sentido acima, a escravidão dos povos indígenas fez parte do processo de dominação e exploração colonial, sendo amplamente representada nos livros didáticos como sendo benéfica para transformar o indígena em dócil, dentro de uma visão eurocêntrica. Essa visão permaneceu na sociedade por décadas, à medida que foram sendo amplamente propagada pelos primeiros livros didáticos a abordar a temática indígenas nas escolas. Diante disso, foi se criando uma imagem cristalizada do que eram os povos indígenas, como eles agiam, as suas culturas e costumes, que não correspondia com a realidade diversa e complexa das sociedades indígenas.

Os fragmentos das obras acima deixam claro como os povos indígenas foram representados nos primeiros livros didáticos durante os séculos XIX ao

XX. A narrativa adotada para descrever os povos indígenas os descreve como selvagens, brutais, perversos, dóceis, sem religião, bestiais etc. Nesse sentido, por séculos a narrativa histórica reduziu os indígenas a povos sem história e sem cultura. Essa concepção seguiu presente em diversos livros didáticos de História do Brasil, durante várias décadas do século XX.

José Scarameli[5] publicou um livro em 1934 chamado "Lições de História do Brasil" pela editora Brasileira. Nesse livro, ele dedicou três páginas para abordar a temática indígena. Os tópicos destacados foram: "*Os indígenas*", "*A tribu*" e "*A guerra*". O livro de José Scaramelli também trouxe algumas ilustrações sobre os tipos de moradias das populações indígenas. As imagens referentes as moradias indígenas não dão conta de representar a diversidade de moradias indígenas existentes, pois sabe-se atualmente que cada etnia organiza suas moradias de acordo com suas necessidades espaciais, territoriais e de convivência social. Além disso, diversos termos foram utilizados para designar os tipos de moradia dos povos indígenas como: tribos, aldeia, taba e ocas. Alguns desses termos acabaram homogeneizando as moradias dos povos indígenas como se todos fossem iguais.

A seguir um trecho deste livro didático:

> [...] os indígenas comiam frutas, hervas, raízes e mel. Também comiam peixes que pescavam e bichos do mato que caçavam. Os indígenas sabiam atirar muito bem suas flexas.
>
> Com suas flexas matavam pássaros voando. Os machados e as facas dos indígenas eram feitos de pedras lascadas. Para caçar os bichos do mato os indígenas armavam mundéus [...].
>
> [...] as casas dos indígenas eram feitas de sapé ou de palha. Essas casas chamava-se ocas. As ocas ficavam em roda de uma praça. A praça chama-se ocara. Em roda de suas casas os indígenas faziam uma cerca chamada caiçara. Muitas famílias indígenas reunidas das formavam uma tribu. O chefe da tribu chamava-se cacique ou morubixaba [...].

[5] José Scarameli pode ser visto como um dos principais nomes da educação paulista na primeira metade do século XX. Sua trajetória é marcada pela formação na Escola Normal Secundária de São Paulo, entre 1914 e 1917, pela forte atuação na defesa da renovação do ensino e por uma vasta produção bibliográfica, voltada para a sistematização das ideias da escola nova e pela produção de livros escolares. Nasceu em 1984, na cidade de Serra Negra, em São Paulo e faleceu 1955. SANTOS, Magno Francisco de Jesus. Ensino de História, Espaços e Cultura Política Bandeirante: José Scarameli e a escrita de livros escolares de História para crianças. Revista História. v. 5, nº 9, jan-jun, p. 108, 2017.

> [...] os indígenas gostavam muito de guerrear. Êles mesmo faziam as armas de guerra: o arco, a flexa, o tacape e a lança. Para começar o combate reunia-se a tribu inteira. Os indígenas mais moços iam na frente. As mulheres, os velhos e as crianças ficavam atrás. Uma tribu guerreava contra outra. Os vencedores queimavam as casas dos vencidos. Quando os indígenas pegavam um inimigo, êles o matavam para comer. (Scarameli, 1934, p. 39–43).

No trecho acima, especificamente no último parágrafo, podemos perceber que o autor do livro didático se referiu aos indígenas como tribos selvagens que praticavam o canibalismo. Essa visão que apresentava os povos indígenas como incivilizados, foi construída pelos colonizadores ao longo do período de ocupação da colônia pelos portugueses. Como demonstrou-se nos parágrafos acima, durante os séculos XIX ao XX, diversos manuais escolares reproduziam imagens que mostravam as práticas de canibalismo e antropofagia. Algumas dessas imagens ainda são utilizadas, sem a devida contextualização, em diversos livros didáticos atualmente. É importante lembrar que muitas dessas imagens não representam a realidade, pois os produtores delas muitas vezes não chegaram a conhecer os povos indígenas.

Diversos desses intelectuais eram adeptos da história tradicional, de cunho positivista, responsável por produzir narrativas eurocêntricas nos séculos XVI e XVII sobre as populações indígenas e as técnicas utilizadas para o processo de colonização da América, como fontes históricas fidedignas e inquestionáveis. Essas descrições históricas eram tratadas por diversos intelectuais como retratos fiéis do passado e, portanto, portadoras de verdades absolutas sobre os diversos acontecimentos da colonização e dos costumes das populações indígenas.

Nesse sentido, podemos dizer que os livros didáticos analisados acima, representaram as populações indígenas a partir de diferentes perspectivas e abordagens, os classificando como: homogêneos, caricatos, estereotipados, romantizados, selvagens, folclorizados, bons selvagens, incivilizados, bárbaros, atrasados, incultos, idílicos, ferozes, simples e naturais. Essas classificações foram se cristalizando no processo de construção da História do Brasil por diversos intelectuais nos séculos XIX e XX, sendo amplamente divulgada nos manuais didáticos produzidos nessa mesma época.

Porém, por volta dos anos 1960 e 1970, uma historiografia de base marxista, pontapé da chamada história dos vencidos, criticava essas abordagens com denúncias sobre as atrocidades cometidas contra os povos indígenas. Entretanto, essas reivindicações acabam sendo utilizadas de forma que os indígenas são colocados na posição de vítimas incapazes de agir diante da violência de um sistema no qual não tinham outra alternativa a não ser a fuga, a morte pela rebeldia ou a submissão aos dominadores.

Essas narrativas foram se enraizando na nossa historiografia e sendo propagadas em escolas, colégios e universidades, onde essas ideias foram facilmente incorporadas no imaginário da população brasileira, causando um imenso prejuízo para as comunidades indígenas. Os indígenas foram duplamente violentados, pois além de terem enfrentado as consequências dos processos históricos, sofreram e ainda estão sujeitos a sofrer os efeitos dentro da própria historiografia que é repassada e ensinada nas salas de aula de todo o Brasil, na qual figuram em papeis secundários e depreciativos, entre posições de vítimas passivas, bons selvagens ou bárbaros sanguinários desprovidos de qualquer senso de “humanidade”. “Historicídio”, nas palavras de Hill (1996), foi o responsável por reforçar em nossa sociedade as ideias preconceituosas, estereotipadas e homogeneizadas sobre os povos indígenas.

## 3 – LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA NA PERSPECTIVA DO NOVO ENSINO MÉDIO: UMA ANÁLISE COMPARATIVA COM OS PROPÓSITOS DA ATUAL REFORMA CURRICULAR (DCTMA/BNCC)

O livro didático está presente no dia a dia da maioria das escolas brasileiras, seja no processo de alfabetização, seja para o aprendizado das várias ciências existentes que estão presentes no cotidiano das escolas. Em um universo diversificado de materiais para o ofício do ensino já consolidados na história da educação brasileira, o livro didático ainda continua ocupando um espaço central na escolarização de crianças, jovens e adultos.

Segundo Batista (1999), o livro didático pode ser uma interessante fonte para o estudo do cotidiano e dos saberes escolares. Ele é a principal fonte de informação impressa utilizada por uma grande parte de alunos e professores, o que ocorre na proporção em que as populações escolares têm menos acesso aos bens econômicos e culturais. Nesse sentido, o livro didático é, para uma grande maioria da população brasileira, o principal instrumento que será responsável pela organização e constituição da sua escolarização e práticas de leitura. Porém, ainda segundo Batista (1999), é preciso conhecer melhor esse instrumento impresso que se converteu na principal referência para a formação e inserção no mundo da escrita de muitos docentes e discentes de nosso país e que, como consequência, tem auxiliado na construção do fenômeno do letramento no Brasil.

O livro didático ocupou e ocupa um importante papel dentro da cultura escolar do Brasil. Além disso, ele também é uma importante ferramenta para a sistematização das aulas ministradas pelos professores. Quando Abud (1984, p. 81) afirma que “O livro didático é um dos responsáveis pelo conhecimento histórico que constitui o que poderia ser chamado de conhecimento do homem comum”, ela atribui a importante função do livro didático como grande responsável pela constituição de um conhecimento específico da História que, possivelmente, será entendido como verdadeiro e legítimo pela maior parte das pessoas comuns, devido ao lugar de destaque que esse instrumento de estudos ocupa desde o século XIX na nossa sociedade.

Entretanto, não devemos levar como verdades absolutas tudo aquilo que está posto nos livros didáticos.

Os manuais didáticos dos séculos XIX e XX, bem como os livros didáticos do século XXI, estão carregados de ideologias das classes dominantes, ideologias essas que são pautadas num ideal de sociedade e cultura tradicional branca e europeia, portanto, colocando aqueles que não fazem parte do padrão (homem, branco, heterossexual, rico, cristão etc.) a margem da sociedade, materializando nos livros visões preconceituosas, romantizadas, cheias de estereótipos e violências para aqueles que estão a margem dessa sociedade dita “tradicional”, que por sua vez, acaba por influenciar diversos discentes e docentes que não estão devidamente preparados para lidar com temáticas como as dos povos indígenas. É preciso ter muito cuidado ao trabalhar com livros didáticos, pois quem os produziu, produziu a partir de visões muitas vezes carregadas de estigmas e limitações de uma sociedade extremamente pluricultural como o Brasil, tais visões acabam por criar uma História cheia de violências que geralmente não são notadas pelo cidadão comum e que são reforçadas pelos professores que, ao narrar os fatos e as ações dos grandes heróis, contribuem para a construção de uma visão simplificada e equivocada da História e, consequentemente, para que os manuais sejam vistos como única fonte confiável do conhecimento histórico. Assim reforça Katia Abud (1984):

> esse homem comum, em geral, vê a história como uma epopeia ou como um suceder de fatos pitorescos, cujos personagens principais são os vultos históricos, os heróis que movem a história. A narração dos feitos desses indivíduos constituiria, então, a História para esse homem comum (Abud, 1984, p. 81)

Na década de 1990, a elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), trouxe outras orientações para os livros didáticos de todo o Ensino Fundamental e Médio, na perspectiva geral de que o aluno, durante sua trajetória escolar, deve ser capaz de “questionar a realidade formulando-se problemas e tratando de resolvê-los, utilizando para isso o pensamento lógico, a criatividade, a intuição, a capacidade de análise crítica, selecionando procedimentos e verificando sua adequação” (Brasil, 1998, p. 8).

Uma das discussões sobre o ensino de História presente nos PCNs, apontava que “a História para os jovens do Ensino Médio possui condições de ampliar conceitos introduzidos nas series anteriores do Ensino Fundamental,

contribuindo substantivamente para a construção dos laços de identidade e consolidação da formação da cidadania" (Brasil, 1999, p. 22).

As orientações trazidas pelos PCNs contribuíram para fomentar as avaliações dos livros didáticos, que acabaram por determinar os critérios gerais e específicos que consolidaram algumas formas de renovação na seleção de conteúdos para o ensino da História, colocando à disposição dos professores, seja das séries iniciais ou das séries finais, um conjunto de obras que, pelo menos em tese, abarcaram as renovações historiográficas e, portanto, apresentaram inovações no que diz respeito aos conteúdos a serem ensinados em História (Chaves, 2006, p. 46-47).

O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) incorporou parte dos debates acadêmicos aos critérios de avaliação dos livros didáticos. Com isso, novas perspectivas para o ensino de História foram incorporadas também pelos autores e editoras. Nesse sentido, o PNLD foi responsável pela presença dos livros didáticos no cotidiano escolar brasileiro nas últimas décadas, o que motivou um significativo crescimento no número de pesquisas sobre a temática dos livros didáticos.

Entretanto, os assuntos relacionados as populações indígenas ainda permaneciam escassos nos livros didáticos. Pouco se era trabalho sobre esses povos nos livros e as poucas representações que havia, reforçavam diversos aspectos preconceituosos a respeito dos povos indígenas. As poucas representações das populações indígenas que apareciam nos livros didáticos ainda eram aquelas romantizadas e estereotipadas, representações essas que não transmitiam a riqueza, a diversidade e a cultura das populações indígenas.

Em 1929, na França, surgiu a famosa escola dos *annales* com os historiadores Lucian Febvre e Marc Bloch. Do ponto de vista metodológico, houve nesse período, a renovação historiográfica no âmbito da ampliação de fontes documentais e de temas a serem pesquisados pelos historiadores. "Sem problema não haveria história", dizia Lucian Febvre. A partir dessa afirmação de Febvre, podemos concluir que os historiadores deveriam formular um problema para as fontes, pois as fontes por si só não falariam nada.

Naquele momento a História foi entendida como resultado de ações coletivas e era responsabilidade do historiador buscar as mais diversas fontes históricas para a organização da mesma. Isso fez com que os historiadores do século XX ampliassem o campo de observação, não se limitando mais apenas às ações dos “grandes personagens nacionais”, procurando dar sentido à experiência cotidiana, as relações de poder e as práticas sociais das pessoas comuns.

Diante disso, os historiadores passaram a buscar novas áreas de pesquisas, novas fontes, novos métodos e abordagens que permitiram uma ampla visualização da historiografia. Isso acabou modificando as relações entre presente, passado e futuro e transformando a maneira como o conhecimento histórico era produzido. Nesse sentido, o historiador se tornou um sujeito que tem como objetivo estudar e interpretar as fontes para produzir conhecimentos históricos que sirvam de subsídio à humanidade para se situar no tempo e espaço. Portanto, “Cabe ao historiador realizar um esforço interpretativo no sentido de fazê-la falar, arrancar-lhe uma confissão a partir das indagações lançadas ao documento” como afirma Melo (2008, p. 42). Logo, ele não deve apenas narrar os acontecimentos do passado, mas explicar os contextos e processos históricos em que esses acontecimentos se inseriram. Para isso, ele deve utilizar conceitos, teorias, metodologias de pesquisa e principalmente as fontes históricas.

As fontes históricas são todos os vestígios deixados pelas gerações anteriores, qualquer produção humana, individual ou coletiva, apresentada por meio de qualquer tipo de suporte, podendo ser registros escritos, orais, monumentos, pinturas, fotografias, letras de músicas, poemas, registros orais, vestimentas, artefatos arqueológicos, livros didáticos etc.

Dentre essas diversas possibilidades de fontes históricas para o trabalho do historiador, o livro didático de História ganhou destaque. Essa fonte vem possibilitando um grande número de estudos sobre as representações dos povos indígenas, pois através desse suporte pedagógico podemos perceber os discursos, imagens e representações que são construídos sobre a história dessas populações.

## 3.1 – A presença dos povos indígenas no livro didático “História do Brasil” de Olavo Leonel Ferreira

O livro didático é uma fonte histórica importante quando pretendemos estudar os povos indígenas, uma vez que através dele é possível perceber a forma como as políticas educacionais, as editoras e os escritores produzem discursos e representações sobre as populações indígenas ao longo dos anos. Desse modo, os livros didáticos são resultados de escolhas, visões, interpretações, concepções de alguém ou de um grupo que, em determinados espaços e tempos, detém o poder de dizer e fazer.

> [...] os livros didáticos, em suas transformações ao longo do tempo, podem denunciar características da sociedade da época em que foram produzidos, tendo, dessa maneira, a possiblidade de representar as expectativas e os anseios, bem como as mentalidades das sociedades escolarizadas”. Assim, é preciso compreender que os manuais didáticos, como documentos, representam o conteúdo específico de uma área de conhecimento relacionada a uma determinada perspectiva pedagógica, carregada em si a configuração didática de um período. Além disso, retrata um tipo de aluno e um sujeito que se deseja formar. (Azevedo; Lima, 2011, p. 60)

A citação acima nos auxilia a compreender que as seleções de conteúdos presentes nas páginas dos livros didáticos não são meras escolhas, mas sim resultados de escolhas por parte daqueles que controlam a ordem dos discursos e da escrita. Nesse sentido, os livros didáticos têm demonstrado uma considerável exclusão dos conteúdos relacionados a história dos povos indígenas e, quando tentam retratá-los o fazem de forma romantizada, carregada de estereótipos e estigmas, dando ênfase aos “feitos heroicos” dos colonizadores portugueses e privilegiando uma visão eurocêntrica dos acontecimentos relatados.

O livro didático é disseminador de ideias, valores e ideologias sobre os diversos grupos que compõe a sociedade brasileira, e fazem parte do processo de ensino e aprendizagem das escolas públicas e particulares de todo o território nacional. Entre esses grupos presentes nos livros didáticos de História estão os povos indígenas que, ao longo dos tempos, foram representados de forma limitada, negando sua importância para a construção de uma história nacional e contribuindo para um processo de marginalização desses povos e suas culturas.

Segundo Silva (2014, p. 3) “A História do Brasil nos livros didáticos começa sempre com a chegada do colonizador. Os indígenas aparecem na História somente a partir do contato com os colonizadores, retratados quase sempre em situação de inferioridade”. Sendo assim, não há uma preocupação em mostrar uma História indígena anterior à colonização portuguesa.

Diante da imagem difundida pelos livros didáticos de História sobre as populações indígenas é possível pensar na representação feita sobre o indígena, identificando a presença dele em nossa sociedade e a maneira como essa o retrata. De acordo com Pesavento (2004, p. 41)

> [...] As representações são também portadores do simbólico, ou seja, dizem mais do que aquilo que mostram ou enunciam, carregam sentidos ocultos, que, construídos social e historicamente, se internalizam no inconsciente coletivo e se apresentam como naturais, dispensando reflexão.

No livro didático “História do Brasil” de Olavo Leonel Ferreira[6] (1996), temos, como o nome já diz, a História do Brasil. No livro, o autor conta a História do Brasil a partir da chegada dos portugueses, passando pelo período do Império, até o período da República e o governo de Itamar Franco (1992 – 1994). Logo nas primeiras páginas do livro, temos termos como o “descobrimento” utilizado pelo autor para definir a chegada dos portugueses às terras do Atlântico Sul. Como podemos ver no trecho a seguir:

> [...] A primeira exploração do litoral do território **descoberto** foi feita pela esquadra de Cabral, que seguiu paralelamente à costa em direção norte, procurando um porto onde os navios ficassem abrigados. O lugar escolhido recebeu o nome de Porto Seguro e hoje chama-se baía Cabrália, localizada no atual Estado da Bahia. (Ferreira, 1996, p. 27, grifo nosso).

Porém, é sabido que Cabral não chegou por obra do acaso nas terras da América do Sul, tão pouco foi o primeiro.

A maioria das escolas vem adotando as expressões “tomada de posse”, “invasão” ou “conquista” em substituição ao tradicional “descobrimento”. Até mesmo o termo “achamento” – vocábulo adotado pela maioria dos livros

[6] Olavo Leonel Ferreira nasceu em 21 de outubro de 1938 em São Paulo. Professor de História, como preferia ser tratado, em vez de Historiador ou Escritor. Ele foi um professor universitário, diretor da Universidade de Mogi das Cruzes – UMC e escritor de livros didáticos, tendo publicado oiti livros e deixado vários outros em estudo nas editoras em que publicava.

didáticos atuais – é considerado ultrapassado pelas escolas e alguns cursinhos pelo Brasil. O termo “descoberta” dá a impressão de casualidade. Mas os portugueses já sabiam da existência de terras onde hoje é o Brasil muito antes da chegada de Cabral. Mapas antigos já apontavam a existência de terras no Atlântico Sul. A assinatura do Tratado de Tordesilhas em 1494, por exemplo, reforça a ideia de que os portugueses já sabiam que existiam terras no Atlântico Sul.

Em 1840, Varnhagen[7] escreveu a obra literária “*O Descobrimento do Brasil*, *Cronica do Fim do Século*”, que foi publicada primeiro em Portugal e depois no Brasil. Em um dos capítulos da sua obra, Varnhagen faz um apanhado geral de todas as teorias que contribuíram para que, tanto Portugal como a Espanha buscassem uma nova rota comercial rumo ao Oriente e às suas especiarias. Ele também discute as querelas diplomáticas envolvidas na assinatura do Tratado de Tordesilhas em 1494, cuja importância para a chegada dos portugueses se manifesta pela suspeição de que Portugal soubesse da existência de terras ao sul do meridiano do Equador.

Seguindo com o livro didático de Ferreira (1996), logo no segundo capítulo intitulado “*Os primeiros tempos*”, o autor traz um tópico “*o indígena brasileiro*” para falar um pouco sobre as características dos indígenas que viviam na América, hipóteses sobre o povoamento das Américas e a descrição de alguns grupos indígenas, sobretudo os tupis:

> [...] A maior parte dos indígenas que habitavam o litoral do Brasil na época do **Descobrimento** pertencia ao grupo linguístico tupi. Eram tupis os índios que Cabral encontrou na Bahia, assim como os antigos habitantes de São Paulo. Portanto, com relação ao período colonial, é sobre os tupis que existem mais fontes de estudo, e é o tupi a língua mais conhecida. Por isso, as características culturais descritas neste livro referem-se geralmente a indígenas do grupo tupi. Não podemos esquecer, porém, que existem enormes diferenças culturais entre os indígenas brasileiros. O que vale para os tupis pode não valer para índios de outros grupos linguísticos. (Ferreira, 1996, p. 35, grifo nosso)

[7] Francisco Adolfo de Varnhagen foi um militar, diplomata e historiador brasileiro, um renovador da metodologia de pesquisa histórica e autor de vários estudos e obras literárias. A extensa e bem documentada obra de Varnhagem inclui “O Descobrimento do Brasil”, “Caramuru perante a história”, “Tratadp descritivo do Brasil em 1587” entre outras.

Com a citação acima, podemos perceber que o autor já fazia a diferenciação dos diversos grupos indígenas existentes, não os colocando numa classificação homogênea e os reduzindo apenas a uma cultura ou a um grupo específico. Porém, como o próprio autor enfatiza, as características dos povos indígenas descritas no livro didático estão voltadas, principalmente, ao grupo tupi, por causa da riqueza de fontes existentes naquela época sobre esse grupo. Mas é importante lembrar que existiam diversos outros grupos indígenas como os *jê, os aruaque, os caraíba, os pano, os tucano, os charrua* e outros grupos.

Tais limitações em relação a falta de conhecimento dos outros diversos grupos indígenas se dá pela escassez de fontes referentes a essas temáticas na época. Porém, nas últimas décadas, houve uma crescente produção de estudos voltados para a temática indígena que contribuíram muito para o conhecimento dos diferentes grupos étnicos existentes de povos indígenas. As contribuições acadêmicas têm avançado rumo à desconstrução do pensamento que os indígenas são sujeitos pertencentes a um passado distante e a um grupo homogêneo.

Apesar de ser um livro didático atualizado para sua época, a obra de Ferreira apresenta os povos indígenas apenas no período colonial com a chegada dos portugueses e o estabelecimento da colônia. No período do Império, os povos indígenas não são mencionados em nenhum dos seis (6) capítulos presentes nessa unidade do livro. O livro termina sem outra menção de destaque aos povos indígenas. Sendo assim, mais uma vez, os povos indígenas são retratados apenas como parte do passado do território brasileiro e não como parte constante e importante de nossa História, reforçando a exclusão da participação indígena na construção da nação brasileira.

Segundo Freitas (2009 apud Monteiro, 2010, p. 7)

> [...] em estudos realizados em âmbito nacional em relação ao conteúdo dos livros didáticos de História indicou a presença da temática indígena na periodização do processo histórico brasileiro: sendo que a temática indígena é apresentada (50%) no período colonial, (15%) no período imperial e somente (35%) no período republicano.

Para Monteiro (2010, p. 6),

> [...] A temática da diversidade cultural das populações indígenas no ensino e nos livros didáticos de história tem recebido um tratamento diminuto e inadequado. A causa disto é a falta de conhecimento, tanto dos professores quanto dos autores[8] de livros escolares, sobre os resultados de pesquisas recentes produzidas em âmbito acadêmico nas áreas da Antropologia e da História, bem como de outras áreas que podem incluir pesquisas referentes aos povos indígenas como Sociologia e Arqueologia.

A historiografia brasileira sempre teve dificuldade para problematizar a histórias dos povos indígenas. Nesse sentido, a História presente nos livros didáticos sempre enfatizou o processo de colonização a partir de uma visão eurocêntrica, apresentando os europeus como sujeitos portadores de uma cultura superior e os indígenas como incivilizados e sem humanidade.

Na década de 80, os indígenas começaram a reivindicar a sua presença na História brasileira. Com isso, houve uma expansão de pesquisas e estudos sobre a contribuição das populações indígenas para o processo de formação do Brasil. Muitos desses estudos foram feitos por antropólogos, historiadores, sociólogos e, principalmente, por pessoas ligadas aos movimentos políticos, culturais e antropológicos que tinham o objetivo de estudar e valorizar as culturas indígenas, bem como o questionamento dos mecanismos de discriminação e etnocentrismo em detrimento dos povos indígenas.

Segundo Silva (2010, p. 241),

> [...] o reconhecimento e o respeito às diferenças, trata-se de um direito desse a Constituição Federal de 1988. Portanto, é legalmente exigido o acesso, por meio da educação escolar, às informações sobre as diversas expressões socioculturais dos diferentes povos da História do Brasil. E cabe a escola ser o principal facilitador espaço desse processo de conhecimento [...]

Portanto, a escola é um espaço de formação social que deve priorizar práticas de ensino e ações pedagógicas para a desconstrução dos preconceitos, quebras de estigmas e estereótipos sobre as populações indígenas e ao mesmo

[8] Ainda que muitos autores de livros didáticos sejam historiadores de formação acadêmica, muitos deles continuam retratando os povos indígenas de forma simplista e superficial, embora exista no Brasil grandes grupos e centros de pesquisas que produzem excelentes estudos sobre a temática indígena. Para Grupioni, essas informações precisam chegar nos escritores de livros didáticos para que possam se apropriar desses conhecimentos e assim produzir manuais didáticos atualizados com base nas pesquisas acadêmicas na área de história, sobretudo no que diz respeito a temática indígena.

tempo, refletir sobre as contribuições dessas populações para a construção da História do Brasil.

### 3.2 - Analisando os documentos oficiais BNCC, DCTMA – Ensino Médio, para o Novo Ensino Médio:

As preocupações sobre o que deve ser ensinado História, nos remete ao que é posto na Constituição Federal de 1988, no Art. 242, § 1º, que especifica que "O ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro" (Brasil..., 1988).

Alinhada ao texto constitucional, temos a promulgação da lei 10.639/03, modificada pela lei 11.645/08 com o objetivo de inserir a obrigatoriedade das temáticas de cultura afro-brasileira e indígena nas escolas públicas e privadas do país.

As escolas brasileiras passaram por algumas modificações durante as últimas décadas. A mais recente foi a implementação do Novo Ensino Médio em diversas escolas brasileiras pelo Ministério da Educação (MEC).

De acordo com matéria publicada no site *Editora do Brasil* intitulada "Entenda o Novo Ensino Médio e os livros por áreas do conhecimento" publicada 28 de abril de 2022, o Novo Ensino Médio chegou e alterou toda à estrutura do segmento educacional. Trouxe uma nova carga horária, itinerários formativos e mudanças mais drásticas aplicadas ao livro didático, que, em prol da flexibilidade, saiu da antiga segmentação por disciplinas para ser divido por áreas do conhecimento. Se até 2021, cada disciplina tinha um livro didático específico e um volume único, a partir de 2022, os livros didáticos do Ensino Médio não foram mais determinados por disciplinas. No lugar disso, são seis obras por cada área de conhecimento: Matemática, Linguagens, Ciências da Natureza e Ciências Humanas. Isso foi pensado para que o professor pudesse usar os livros didáticos em qualquer ordem, de acordo com a sua concepção do que é mais adequado ao projeto pedagógico da escola.

Na teoria, agora os estudantes têm, ao todo, 24 livros didáticos para todo o Ensino Médio e, a cada semestre, receberão o material de acordo com cada área do conhecimento. Faz-se necessário ressaltar que os conhecimentos individuais de cada disciplina permanecem abordados no Novo Ensino Médio,

no caso, História, Geografia, Sociologia e Filosofia, por exemplo, estão juntos em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Outras áreas como Química, Física e Biologia, fazem parte de Ciências da Natureza e suas Tecnologias. Já Português, Literatura e Matemática não sofreram muitas alterações em suas bases curriculares e seguem com uma carga horária mínima obrigatória.

### 3.2.1 – Os povos indígenas nos pressupostos da BNCC

A BNCC do Ensino Médio foi homologada pelo ministro da Educação em 14 de dezembro de 2018. A Base Nacional Comum Curricular é um documento normativo que define o conjunto de aprendizagens essenciais que devem ser desenvolvidas com base em conhecimentos, competências e habilidades. Este documento está configurado de maneira a dar continuidade ao que já foi proposto e que está em vigor nas etapas iniciais da educação básica. A Base não deve ser compreendida como um currículo, mas sim como um conjunto de orientações que irá conduzir as equipes pedagógicas na construção dos currículos locais. Nesse sentido, o objetivo apontado no texto da BNCC é para que a educação brasileira – pública e privada – caminhe para a formação humana integral e para a construção de uma sociedade mais justa, democrática e inclusiva.

Sobre promover a diversidade e a inclusão, a BNCC destaca:

> Convém destacar as temáticas voltadas para a diversidade cultural e para as múltiplas configurações identitárias, destacando-se as abordagens relacionadas à história dos povos indígenas originários e africanos. Ressalta-se, também, na formação da sociedade brasileira, a presença de diferentes povos e culturas, suas contradições sociais e culturais e suas articulações com outros povos e sociedades. (Base Nacional Comum Curricular, 2018, p. 401)

O trecho acima ressalta a importância da temática dos povos indígenas para se compreender a participação desses povos na formação da sociedade brasileira. A BNCC ainda destaca que:

> Problematizando a ideia de um “Outro”, convém observar a presença de uma percepção estereotipada naturalizada de diferença, ao se tratar de indígenas e africanos. Essa problemática está associada à produção de uma história brasileira marcada pela imagem de nação constituída nos moldes da colonização europeia. (Base Nacional Comum Curricular, 2018, p. 401)

Dito isso, vamos ao que está posto na BNCC sobre os povos indígenas referentes as séries do Ensino Médio.

No tópico “Currículos: BNCC e itinerários”, a Base define que os currículos e as propostas pedagógicas devem garantir as aprendizagens essenciais definidas na BNCC. Portanto, conforme as DCNEM/2018[9] devem contemplar, sem prejuízo da integração e articulação das diferentes áreas do conhecimento, estudos e práticas de:

> VI – [...] história do Brasil e do mundo, levando em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e europeia;
>
> VII – história e cultura afro-brasileira e indígena, em especial nos estudos de arte e de literatura e história brasileiras. [...] (Base Nacional Comum Curricular, 2018, p. 475)

Na Area de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas – integrada por Filosofia, Geografia, História e Sociologia – a BNCC propõe a ampliação e o aprofundamento das aprendizagens essenciais desenvolvidas no Ensino Fundamental, fazendo sempre o trabalho de orientar para uma formação ética. Segundo eles:

> Tal compromisso educativo tem como base as ideias de justiça, solidariedade, autonomia, liberdade de pensamento e de escolha, ou seja, a compreensão e o reconhecimento das diferenças, o respeito aos direitos humanos e à interculturalidade, e o combate aos preconceitos de qualquer natureza. (Base Nacional Comum Curricular, 2018, p. 561)

Portanto, a BNCC do Ensino Médio, na área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas propõe que os estudantes desenvolvam a capacidade de estabelecer diálogos – entre indivíduos, grupos sociais, saberes e culturas diferentes – elemento imprescindível para a aceitação da alteridade e a adoção de uma conduta ética em sociedade.

No tópico “Ciências Humanas e Sociais Aplicadas no Ensino Médio: Competências Especificas e Habilidades”, a BNCC apresenta 6 competências especificas, na qual a competência especifica 3 destaca que os alunos devem:

---

[9] As DCNEM/2018 são Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Elas foram publicadas em novembro de 2018 e trouxeram a referência legal e conceitual a reforma do Ensino Médio.

> Analisar e avaliar criticamente as relações de diferentes grupos, povos e sociedades com a natureza (produção, distribuição e consumo) e seus impactos econômicos e socioambientais, com vistas à proposição de alternativas que respeitem e promovam a consciência, a ética socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional, nacional e global. (Base Nacional Comum Curricular, 2018, p. 574)

Além disso, especificamente nessa competência:

> [...] propõe-se analisar os paradigmas que refletem pensamentos e saberes de diferentes grupos, povos e sociedades (incluindo-se os indígenas, quilombolas e demais povos e populações tradicionais), levando em consideração suas formas de apropriação da natureza, extração, transformação e comercialização de recursos naturais, suas formas de organização social e política, as relações de trabalho, os significados da produção de sua cultura material e imaterial e suas linguagens. (Base Nacional Comum Curricular, 2018, p. 574)

Com isso, a BNCC quer que o professor desenvolva em conjunto ao aluno a habilidade EM13CHS302, que orienta a análise e avaliação crítica dos impactos econômicos e socioambientais de cadeias produtivas ligadas à exploração de recursos naturais e às atividades agropecuárias em diferentes ambientes, considerando o modo de vida das populações locais – como os indígenas, quilombolas e demais comunidades tradicionais –, suas atividades agroextrativistas e o compromisso com a sustentabilidade.

Além disso, nas habilidades da competência especifica 6, a BNCC destaca na habilidade EM13CHS601 que é importante identificar e analisar as demandas e os protagonismos políticos, sociais e culturais dos povos indígenas e das populações afrodescendentes (incluindo os povos quilombolas) no Brasil contemporâneo, levando em consideração a história das Américas e o contexto de exclusão e inclusão precária desses grupos na ordem social e econômica, promovendo ações para a redução das desigualdades étnico-raciais no país.

Tal habilidade se torna importante à medida que as contribuições das populações indígenas e afrodescendentes ainda são erroneamente reconhecidas e ensinadas em sala de aula, o que contribui para a propagação de estigmas sobre essas populações tão importante na formação do Brasil. Além disso, os direitos desses povos são constantemente desrespeitados e até mesmo excluídos com as invasões e apropriações de suas terras pelo

agronegócio, causando uma verdadeira violência e apagamento das suas histórias.

As determinantes econômicas que envolveram políticas nacionais de expropriação de terras indígenas para o cultivo de atividades ligadas ao agronegócio possibilitaram a compreensão do processo discriminatório imposto às populações indígenas no Brasil. Isso acaba sendo refletido também dentro das salas de aula de todo o país, pois, as bases da formação de conhecimentos com os estudantes sobre as temáticas indígenas e afrodescendentes estão diretamente relacionadas ao senso comum, formado, em grande parte, pelos meios de comunicação em massa que, na maioria das vezes, não mantém uma postura crítica e imparcial, demonstrando submissão política aos interesses de uma classe de fundiários do Brasil.

Na escola, isso é refletido nos materiais didáticos de apoio ao processo ensino-aprendizagem – como o livro didático – que podem contribuir para o aumento das visões estereotipadas e romantizadas sobre os saberes e a realidade social e cultural dos povos indígenas. Sobre as culturas indígenas, Leal e Calderoni (2015, p. 476) destacam que:

> Partindo de uma premissa sobre um possível silenciamento em relação aos povos indígenas dentro de um artefato cultural de extrema importância para o trabalho docente e para a construção das identidades indígenas, como é o caso do livro didático, torna-se praticamente difícil a inserção de temas relacionados à diversidade cultural na sociedade nacional e, portanto, [o que] tende a fortalecer estereótipos e representações generalizantes e imprecisas sobre estes povos que há séculos são aceitas e mantidas como verdadeiras pela visão etnocêntrica dominante. (Leal; Calderoni, 2015, p. 476)

Portanto, ao professor é reservado um papel primordial a favor dos grupos indígenas, trabalhando na desconstrução dos discursos dominantes de base etnocêntrica que dificultam o estudo e a compreensão desses povos na sociedade. Nesse sentido, o professor é agente principal de socialização no espaço escolar, sendo chamado para a responsabilidade de educar de acordo com os preceitos constitucionais de valorização da cidadania, consolidação da democracia e de respeito as diferenças. Segundo o artigo 231 da Constituição Federal, “São reconhecidos aos indígenas sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que

tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las proteger e fazer respeitar todos os seus bens" (Brasil, 2016).

Essas foram as menções diretas aos povos indígenas presentes na BNCC. São poucas e elas contemplam uma quantidade ínfima da história dessas populações que contribuíram muito para a formação do Brasil.

### 3.2.2 – Os povos indígenas nos pressupostos do DCTMA

Agora vamos analisar o que está posto sobre os povos indígenas no Documento Curricular do Território Maranhense (DCTMA) referente ao Ensino Médio/Volume II. Ele objetiva orientar as equipes escolares no desenvolvimento de suas práticas pedagógicas no âmbito das escolas. Para isso

> [...] este documento se estrutura a partir de uma importante reflexão sobre o ensino médio oferecido no estado do Maranhão, desde os seus desafios aos princípios educacionais que orientam o projeto escolar e as práticas pedagógicas. Na sequência, trazemos um aprofundamento sobre as áreas de conhecimento para, então, introduzir o tema flexibilização curricular – enfaticamente presente no Novo Ensino Médio e toda a sua estruturação. (Documento Curricular do Território Maranhense, 2022, p. 12)

A Constituição Federal brasileira de 1988 desenhou um novo quadro jurídico para a regulação das relações do estado com os povos indígenas, reconhecendo o direito de suas práticas culturais.

A política educacional indigenista passou a fazer parte da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) no artigo 78, no qual define que cabe ao sistema de ensino da União, em colaboração com os entes federados, "proporcionar aos índios, suas comunidades e povos, a recuperação de suas memórias históricas, a reafirmação de suas identidades étnicas e a valorização de suas línguas e ciências; e garantir-lhes o acesso às informações, conhecimentos técnicos e científicos da sociedade nacional e demais sociedades indígenas e não-indígenas".

A temática indígena é colocada no documento a partir do tópico "1.5. Os temas transversais contemporâneos no ensino médio e suas perspectivas no Maranhão". A partir disso, os povos indígenas aparecem como sugestão de temática para os Itinerários de Ciências Humanas e Linguagens no componente

curricular História, mais especificamente o estudo das famílias linguísticas dos povos pertencentes ao Maranhão (*tupi* e *macro-jê*).

Para a 1ª série, o DCTMA – Ensino Médio, orienta que os povos indígenas sejam referenciados logo na primeira categoria intitulada “História Moderna e Identidade”, onde será tratado nos “Objetos de Conhecimento” o “legado cultural dos povos indígenas, africanos e europeus em diferentes períodos e lugares” com o objetivo de elaborar o conhecimento histórico sobre esses povos em diferentes períodos e espaços. De mesmo modo eles também são referenciados na segunda categoria intitulada “Sociedade e Relações de Trabalho e Poder”, agora focando especificamente nas populações Astecas, Maias, Incas e Tupis. Na terceira categoria, os povos indígenas aparecem no tópico “Consequências da colonização: genocídio indígena, guerras, perseguições políticas, étnicas e culturais”, dando ênfase ao Período Colonial da História do Brasil.

Para a 2ª série, o DCTMA – Ensino Médio, orienta que os povos indígenas sejam referenciados na primeira categoria intitulada “Razão e Liberdade”, sendo tratado no objeto de conhecimento “Escravidão Indígena e Africana no Brasil Colonial” ressaltando mais uma vez a questão do genocídio e da escravidão indígena. Além disso, eles serão trabalhados também na categoria “Capital e Trabalho” com o objeto de conhecimento “política de exterminação dos indígenas no período monárquico brasileiro”.

Para a 3ª série, a orientação é que os povos indígenas sejam referenciados na categoria “Individuo, Natureza, Sociedade, Cultura e Ética” onde são destacados nos objetos de conhecimento “Situação dos excluídos: indígenas, mulheres, camponeses, escravos, miseráveis das cidades e do campo, etc.”, “Direitos dos cidadãos e a luta dos negros, povos indígenas no Brasil”, “Política externa de Direitos Humanos e a cultura negra e indígena brasileira na formação da sociedade nacional”, “Populações afrodescendentes e indígenas no Brasil”, “Políticas indigenistas do Brasil” e “Produção de riquezas no Brasil, distribuição de renda e as condições de existência dos povos tradicionais (indígenas, quilombolas, camponeses, etc.)”.

São essas as menções que os documentos oficiais da regulamentação dos conteúdos dos livros didáticos definem para os materiais de História no Novo Ensino Médio no Estado do Maranhão.

### 3.3 - Analisando os livros didáticos do Novo Ensino Médio adotados pelo Centro Educa Mais Prof.ª Margarida Pires Leal:

Antes de analisarmos os livros didáticos adotados pela instituição, trazemos uma breve contextualização sobre a escola.

O Centro Educa Mais Prof.ª Margarida Pires Leal funciona de forma integral para o Ensino Médio. Ao todo, a instituição de educação tem 12 turmas com um total de 440 alunos matriculados e um corpo de docentes composto por 26 profissionais, além de dois gestores educacionais. O corpo docente da escola é majoritariamente formado por profissionais oriundos de Universidades Públicas, habilitados nos cursos de licenciatura e especialização e alguns Mestres e Mestrandos. Os professores da instituição possuem, em média, de 8 a 20 anos de experiência no magistério.

Os livros analisados fazem parte coleção “Conexões – Ciências Humanas e Sociais Aplicadas” na sua 1ª edição, publicados em 2020 pela Editora Moderna. São 6 volumes que serão utilizadas pelos alunos durante os 3 anos do Ensino Médio, sendo utilizado 1 volume para cada semestre letivo. A coleção foi escrita por Gilberto Cotrim[10], Angela Corrêa da Silva[11], Ruy Lozano[12], Alexandre Alves[13], Letícia Fagundes de Oliveira[14] e Marília Moschkovich[15].

---

[10]Mestre em Educação, Arte e História da Cultura pela Universidade Mackenzie (SP). Licenciado em História pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP). Bacharel em História pela FFLCH da Universidade de São Paulo (USP). Bacharel em Direito pelas Faculdades Metropolitanas Unidas (FMU-SP). Professor de História na rede particular de ensino. Advogado inscrito na OAB São Paulo. Autor de livros didáticos.

[11]Mestra em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas). Licenciada em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas). Coordenadora pedagógica e professora em instituições de ensino superior, fundamental e médio. Autora de livros didáticos.

[12]Bacharel e licenciado em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo (USP). Licenciado em Pedagogia pelo Centro Universitário Internacional (Uninter-PR). Professor e gestor escolar em instituições de educação básica em São Paulo. Autor de livros didáticos.

[13]Doutor em Ciências (História Econômica) pela Universidade de São Paulo (USP). Professor em instituições de ensino superior. Autor de livros didáticos.

[14]Mestra em Ciências (História Social) pela Universidade de São Paulo (USP). Bacharela em História pela Universidade de São Paulo (USP). Autora de livros didáticos.

[15]Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp-SP). Mestra em Educação – Educação, Conhecimento, Linguagem e Arte pela Universidade Estadual de

O 1º volume é intitulado “Ciência, cultura e sociedade” e ele é dividido em 4 unidades temáticas, sendo elas “Saber é Poder”, “O Domínio da Cultura”, “A Estrutura da Sociedade” e “Sociedade, Tempo e Espaço”.

Analisando o sumário, percebemos a presença da temática indígena na 3ª Unidade no capítulo “Estratificação social e desigualdade no Brasil”. Nesse capítulo, os povos indígenas são referenciados nos tópicos “Os habitantes originários do território brasileiro” e “População e terras indígenas no Brasil atual”. Entretanto, eles são tratados em outros tópicos do livro como “Brasil e sua diversidade”, “Etnocentrismo e alteridade”, “Diversidade cultural e estrutura social”, dentre outros.

O livro leva em consideração as habilidades EM13CHS302 e EM13CHS601 que contemplam a temática dos povos indígenas e que anteriormente foi prevista pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e pelo Documento Curricular do Território Maranhense para o Novo Ensino Médio (DCTMA – Ensino Médio/Volume II).

Os principais objetivos dos autores deste livro, são desenvolver o pensamento analítico e crítico; refletir sobre a relação entre natureza e cultura de um ponto de vista cientifico, compreendendo a formação sociocultural do Brasil em sua complexidade; analisar diferentes contextos históricos e formas de organização das sociedades humanas, possibilitando o desenvolvimento do pensamento histórico e político para contextualizar o processo histórico da escravidão negra e indígena no passado colonial e suas relações de permanência com o problema da desigualdade social no Brasil atual.

A primeira menção aos povos indígenas presente no livro didático se dá a partir do tópico “Ciência e Sociedade”, onde se discute sobre os avanços científicos e suas contribuições para a sociedade, ao mesmo tempo que critica a velocidade com que se é superado os entendimentos consolidados anteriormente pela ciência.

---

Campinas (Unicamp-SP). Bacharela e licenciada em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp-SP). Professora de Sociologia e escritora.

Nesse sentido, o livro segue no tópico “Mitos da Ciência” onde é problematizado o conhecimento científico perfeito e inquestionável, pois:

> A hipervalorização da ciência em detrimento de outras práticas e abordagens que refletem a diversidade humana e cultural, como as artes, a literatura, a poesia e até mesmo os conhecimentos científicos de diversos povos do mundo que não foram reconhecidos pelas comunidades acadêmicas, fez com que muitos desses saberes fossem invalidados. (Cotrim et. al..., 2020, p. 41)

Isso nos faz pensar sobre a relação entre saber e poder. Essa relação pode ser interpretada de várias maneiras. O saber científico confere poder àqueles que o detém, e assim criam-se certos mecanismos de validação dos conhecimentos. Por isso, o livro destaca que:

> [...] os saberes sobre o mundo e a natureza produzidos por muitos povos deixaram de ser considerados como ciência e permaneceram encobertos pelo manto do esquecimento. Foi o que aconteceu com a produção científica e tecnológica de povos africanos e indígenas, por exemplo, desconsiderada da história do desenvolvimento dos saberes que constituem o mundo moderno. (Cotrim et. al..., 2020, p. 41)

Contudo, alguns estudos mostram que parte desses conhecimentos foi apropriado pelas sociedades ocidentais ao longo do tempo, mesmo que suas origens tenham sido omitidas.

No tópico “De onde viemos?”, o livro traz as cosmogonias e as antropogonias, que são as mitologias criadas pelos diversos povos para explicar a sua própria origem. Dentre esses povos estão os indígenas que, para eles:

> [...] Jabuti, no princípio só existiam dois irmãos, Kawewé e Karupshi, e seu avô morcego, Beretxé, que devorava os humanos que viviam embaixo da terra. Compadecidos, os dois irmãos libertaram os humanos de dentro da terra. (Cotrim et. al..., 2020, p. 46)

Durante meus anos na educação básica e até mesmo na graduação, não vi menção a mitologia indígena. A minha ideia era que eles tinham surgido da mesma mitologia cristã que é ensinada para todos (ou pelo menos, a maioria), durante a infância. A presença desse tema, mesmo que resumido, já demonstra um avanço na inclusão da temática indígena nos livros didáticos e no dia a dia das escolas no Brasil.

É importante lembrar que essa é apenas uma das diversas mitologias existentes para explicar o surgimento desses povos. Existem outras mitologias que variam de acordo com cada grupo étnico.

Outros tópicos onde os povos indígenas são mencionados na Unidade 2: “Brasil e sua diversidade”, “Etnocentrismo e Alteridade” e “Diversidade Cultural e Estrutura Social”. Nesses tópicos, os mesmos são tratados a partir do espectro da diversidade cultural e da importância de se preservar as culturas diversas que formam a nação brasileira.

Além disso, também é tratado a questão da escravidão e do genocídio dos povos africanos e dos povos indígenas, destacando o etnocentrismo

> Tanto no caso da população africana quanto no caso dos indígenas, boa parte das pessoas foi escravizada e traficada como mão de obra escrava para outras regiões e outros continentes. Entre diversos fatores econômicos, religiosos e históricos que levaram a esse tipo de interação violenta, é possível destacar como um deles o etnocentrismo. (Cotrim et. al..., 2020, p. 74)

Sobre a questão do etnocentrismo, Roque de Barros Laraia escreve que

> o fato de o indivíduo ver o mundo através de sua cultura tem como consequência a propensão em considerar o seu modo de vida mais correto e o mais natural. Tal tendência, denominada etnocentrismo, é responsável em seus casos extremos pela ocorrência de numerosos conflitos sociais. O etnocentrismo, de fato, é um fenômeno universal. É comum a crença de que a própria sociedade é o centro da humanidade, ou mesmo sua única expressão. [...] A dicotomia ‘nós e os outros’ expressa em níveis diferentes essa tendência. Dentro de uma mesma sociedade, a divisão ocorre sob a mesma forma de parentes e não parentes. Os primeiros são melhores por definição e recebem um tratamento diferenciado. [...] Comportamentos etnocêntricos resultam também em apreciações negativas dos padrões culturais de povos diferentes. Práticas de outros sistemas culturais são catalogadas como absurdas, deprimentes e imorais. (Laraia, 2001, p. 73 – 74)

Contraposto a isso, está a alteridade, ou seja, a capacidade de compreender a visão de mundo do outro em si mesma, a partir dos parâmetros e critérios dela mesma. Da alteridade, a Antropologia estabeleceu métodos e técnicas, como as etnografias. A instituição da Antropologia como disciplina cientifica e o desenvolvimento de métodos de observações feitas sobre culturas

distintas daquela do observador/cientista, era comum a utilização dos relatos de viajantes como fontes únicas de descrição de alguns povos.

É comum observar no livro analisado acima a menção à grande diversidade de grupos indígenas que habitavam o Brasil antes dos portugueses invadirem o território e também a respeito dos indígenas na atualidade. Mas pouco é mencionado sobre quem faz parte dessa diversidade, que povos são esses? Quais suas estruturas sociais? Entre outras questões. Isso demonstra a limitação dos autores de livros didáticos no que se refere aos indígenas, pois estes se encontram divididos em diversos grupos e culturas, cada um com um sistema sociocultural diferente e com suas especificidades. Além disso, é difícil encontrarmos menções aos nomes desses povos nos livros didáticos, o que pode levar os alunos a pensarem que os indígenas são um só povo, singular e sem diferenciação, o que reforça os aspectos de visões homogêneas sobre os grupos indígenas ainda muito presentes na sociedade brasileira.

Na Unidade 3 do livro didático há um box intitulado “Explorando outras fontes”, no qual sugere um site para que os alunos possam contemplar imagens e vídeos das aldeias indígenas. Intitulado “Projeto Vídeo nas Aldeias” é uma plataforma criada em 1986, com produções de cineastas indígenas de diversas etnias. Um dos acervos mais importantes sobre a realidade indígena contemporânea, contendo obras produzidas pelos próprios indígenas que revelam as visões múltiplas sobre uma sociedade em constante transformação. Quando entramos no site, temos acesso a diversos vídeos de diferentes anos, além de notícias e oficinas de algumas aldeias e povos diferentes. O site ainda conta com uma biblioteca onde guarda diversas entrevistas, resenhas de filmes e outros materiais voltados para a temática indígena. Um material rico para o aprofundamento do aluno sobre diferentes grupos indígenas dentro e fora da sala de aula.

Chegando no capítulo “Estratificação Social e Desigualdade no Brasil”, aqui o livro comenta mais um pouco sobre a escravidão no período colonial, acentuando que os povos indígenas e africanos foram os principais alvos dessa escravização. É importante salientar que o livro não deixa os indígenas no lugar de passivos a violência da escravização, além de destacar a herança deixada por condição imposta à esses povos, como destaca o trecho a seguir:

> [...] Rebeliões violentas, protestos e fugas eram muito comuns e eram as formas que os escravizados tinham para resistir ao cativeiro.
>
> [...] O período escravista deixou raízes na sociedade brasileira atual. Por um lado, ele foi responsável pela enorme diversidade étnica e cultural da população brasileira. Por outro, deixou um legado de violência, preconceito e desigualdade que marca as relações entre os grupos sociais até os dias de hoje. (Cotrim et. al..., 2020, p. 112)

Seguindo nesse mesmo capítulo temos o tópico “Os habitantes originários do território brasileiro”, na qual se destacam os números referentes as populações indígenas durante a colonização portuguesa e na atualidade.

> Estima-se que, no início da colonização portuguesa, habitavam o território correspondente hoje ao Brasil cerca de mil povos indígenas, que constituíam uma população de 2 milhões a 6 milhões de pessoas. Segundo os dados do Censo 2010, divulgados em agosto de 2012 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), há no Brasil 896 mil indígenas, distribuídos em 305 etnias, que falam 274 línguas. O Censo revelou ainda que cerca de 57% dessa população vive em 505 terras indígenas reconhecidas pelo governo. (Cotrim et. al..., 2020, p. 113)

A presença de dados como estes nos livros didáticos é importante, à medida que eles nos dão um vislumbre sobre a grande quantidade de povos indígenas que existiam e que ainda existem no território brasileiro. Ele também nos faz questionar “Se os povos indígenas não tivessem sido alvos de um genocídio dos colonizadores europeus?”. Existiam de 2 a 6 milhões de indígenas na chegada dos portugueses. Segundo dados de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), existiam 896 mil indígenas, distribuídos em 305 etnias que falavam 274 línguas, no território brasileiro no ano de 2010. Dados atuais mostram que houve um aumento na população indígena no Brasil nos últimos 12 anos, como demonstra dados do Censo 2022 divulgados pelo IBGE. Segundo a pesquisa, 1.693.535 pessoas se autodeclaram descendentes dos povos indígenas, um resultado quase 90% superior ao registrado em 2010.

Isso se dá, principalmente, pela questão da autodeclaração, onde muitas pessoas estão podendo se reconhecer como descendentes diretos de indígenas, a valorização étnico-identitária, que indica um processo de superação dos preconceitos, além da mudança de metodologia feita pelo IBGE, onde eles

contaram com o auxílio da própria comunidade indígena para realizar o levantamento, diferente da pesquisa feita em 2010.

O livro reserva duas páginas para falar sobre a “População e Terras Indígenas no Brasil Atual”. Nelas são apresentados alguns dados como um Censo demográfico que define os habitantes declaradamente e os que se consideram indígenas, desde 1940 até o ano de 2010. Além disso, é apresentado um mapa onde os alunos podem localizar os “Conflitos e terras indígenas” para que possam compreender onde se situam os povos indígenas no Brasil atual, quais suas atuações no cenário brasileiro, bem como os desafios e as violências sofridas por eles decorrente dos preconceitos, dos estigmas, da marginalização, dos conflitos de terras, sendo que, nesse último caso, podendo identificar os causadores dessas violências: os grandes proprietários de terras e da agroindústria.

As técnicas e tecnologias desenvolvidas pelos povos indígenas também são mencionadas no livro didático no tópico “As Técnicas e as Tecnologias”. Nele são destacados feitos das populações indígenas existentes no território onde hoje é a América:

> Há cinco mil anos, sociedades humanas já construíam vilas e cidades, navegavam pelos rios e erguiam barreiras para controlar a vazão dos cursos de água. No continente americano, achados arqueológicos recentes comprovaram a existência de vias de ligação entre as sociedades indígenas da região onde hoje se encontram os estados de Mato Grosso do Sul, Paraná e São Paulo, no Brasil, e povos andinos que habitavam os atuais Peru e Bolívia, além de outros grupos indígenas ao sul. O Caminho do Peabiru é uma dessas vias. Antiga rota indígena, ia da atual São Vicente, no litoral paulista, até Cuzco, no Peru, com duas outras entradas: uma em Cananeia, também no litoral de São Paulo, e outra em São Francisco do Sul, em Santa Catarina. Saindo da costa brasileira, passava por Foz do Iguaçu, adentrava o Chaco paraguaio e seguia em direção à Bolívia até alcançar o Peru e o Oceano Pacífico. (Cotrim et. al..., 2020, p. 139)

O reconhecimento dessas contribuições tecnológicas advindas é de extrema importância para a inclusão deles na construção da História do Brasil. Isso serve para desmitificar a visão de que os indígenas eram povos preguiçosos e pouco desenvolvidos, ainda muito presente na sociedade brasileira.

A medicina indígena aparece destacada em um quadro no livro didático, acentuando a importância dela para os conhecimentos medicinais do mundo todo atualmente, pois foi a partir do contato com os indígenas que os colonizadores europeus conheceram o tratamento de diversas doenças e a partir disso, os princípios ativos de diversas plantas passaram a ser difundidos pelo mundo todo.

Portanto, considerando a análise acima, apontasse que o primeiro volume do livro didático para o Novo Ensino Médio contempla sim as competências especificas e as habilidades sugeridas pela Base Nacional Comum Curricular e o Documento Curricular do Território Maranhense (DCTMA) referentes a 1ª série do Novo Ensino Médio.

O 2º volume é intitulado “População, territórios e fronteiras” e ele também está dividido em 4 unidades temáticas, sendo elas “Território e Poder”, “Fluxos: as dinâmicas populacionais e econômicas e a contemporaneidade”, “Os impactos da globalização” e “Revoluções na indústria e nas tecnologias”.

Apenas uma habilidade é prevista para ser desenvolvida nesse volume. A habilidade EM13CHS601, que diz respeito a identificação e análise das demandas e os protagonismos políticos, sociais e culturais dos povos indígenas e das populações afrodescendentes (incluindo os quilombolas) no Brasil contemporâneo considerando a história das Américas e o contexto de exclusão e inclusão precária desses grupos na ordem social e econômica atual, promovendo ações para a redução das desigualdades étnico-raciais no país.

Os indígenas são pouco trabalhados nesse volume. Eles são mencionados nas questões das terras e da conquista de direitos na Constituição Federal de 1988, que assegurava o seu direito a terras etc.

Além disso, os indígenas aparecem em um quadro chamado “Foco no teto e na imagem” que vai tratar sobre o “Romantismo brasileiro”, que representa a produção de poetas, escritores, pintores e músicos – quase todos não-indígenas representantes das elites – que tinham como objetivo criar uma arte genuinamente nacional. Nesse sentido, o texto do quadro destaca que

> [...] No Brasil, além das fases do Mal do século, voltada à evasão da realidade, e a Condoreira, inspirada pelos ideais libertários,

> houve o Indianismo. Considerado a primeira geração, o Indianismo buscou justamente afastar a produção artística nacional da mera imitação da tradição europeia. Enquanto na Europa, valorizava-se a figura do cavaleiro medieval, os românticos brasileiros buscaram na figura indígena a representação da nacionalidade; o indígena passava a ser o herói nacional, o bravo guerreiro. Assim, o movimento romântico, por meio da pintura, da música e da literatura, transformou o indígena brasileiro em ator principal dessas manifestações culturais.
>
> É importante ressaltar, contudo, o fato de que esse indígena era idealizado, muitas vezes associado à ideia de pureza, e tinha a função simbólica de unir a diversidade da população brasileira. Criava-se, assim, o mito do "bom selvagem", que veio a influenciar a maneira mitificada de a sociedade enxergar o indígena, sua cultura e suas condições de vida no território brasileiro. (Cotrim et. al..., 2020, p. 149)

Considerando o trecho acima, o livro traz uma crítica ao modelo romantizado em que os indígenas eram representados e como isso foi se cristalizando na sociedade brasileira. O texto também alerta os alunos de que essas são ideias mitificadas sobre o indígena, sua cultura e suas condições de vida no território brasileiro.

O 1º e 2º volume são dedicados exclusivamente para a 1ª série do Novo Ensino Médio. Eles contemplam e seguem uma linha de raciocínio mediante aquilo que foi proposto pelos documentos oficiais da BNCC e DCTMA para essa série no Novo Ensino Médio.

O volume 3 é intitulado "Sociedade e meio ambiente" e ele também está dividido em 4 unidades temáticas, sendo elas "A natureza e a presença humana", "Problemas e políticas ambientais", "O ser humano e o meio ambiente" e "Consumo, economia e sustentabilidade". Aqui serão desenvolvidas as habilidades EM13CHS302 e EM13CHS601 que incluem a temática indígena seja nas questões de terras, seja nas conquistas e reconhecimentos de direitos dessas populações.

Esse volume, como o próprio destaca, discorre sobre a interação da sociedade com o meio ambiente, na tentativa de promover atividades e uma tomada de consciência sobre a importância de se preservar o meio ambiente.

Nesse sentido, o livro apresenta, no tópico que trata sobre as "Origens da crise ecológica", o depoimento de um educador, escritor e ambientalista

indígena Kaká Werá Jecupé, que tem um papel muito importante na divulgação e na valorização dos conhecimentos indígenas tradicionais que demonstram atitudes de conexão com a natureza.

No livro é apresentado um trecho de um depoimento dado por Kaká Werá, que fora extraído do filme brasileiro *Eu maior*, 2013, de Fernando e Paulo Schultz. No depoimento, Kaká Werá descreve um pouco sobre a relação que povos indígenas têm com a natureza e como eles a consideram uma parte da família ou até de si próprios. Segundo Kaká (2013, fala em um documentário), “a vida, através da natureza, manifesta sempre felicidade. Você percebe que as pessoas sempre estão mais felizes quando buscam o Sol, a praia, as águas da cachoeira, quando buscam se reunir em volta de uma fogueira numa lua cheia”.

Os povos indígenas são citados em outros tópicos como as “Comunidades tradicionais entre produção e consumo”, onde o livro apresenta o contraste entre as comunidades urbanas e as comunidades tradicionais, que vivem, em sua maior parte, em áreas rurais. É interessante pontuar que o livro não coloca os indígenas só como povos que vivem nas florestas, nos meios rurais, mas que eles também estão nos grandes centros urbanos.

Apesar de poucas, as menções aos povos indígenas nesse volume são importantes para contribuir no conhecimento dos alunos sobre esses povos e como eles se situam na sociedade brasileira atualmente.

O 4º volume é intitulado “Ética e cidadania” e se encontra divido em 4 unidades temáticas, sendo elas “Etica e justiça social”, “Direitos Humanos”, “A luta pela cidadania e por direitos” e “Exclusão e inclusão”. Nele também serão desenvolvidas as habilidades EM13CHS601 e EM13CHS302 como previsto pela BNCC e pelo DCTMA do Ensino Médio.

O livro apresenta um quadro com um texto intitulado “Liberdade e independência”, onde fala sobre a conquista de independência de vários territórios durante o século XIX. O livro ainda discorre sobre como a emancipação política da América espanhola e da América portuguesa não trouxeram mudanças econômicas e sociais para a grande parte da população indígena, destacando que na América espanhola, os povos indígenas e

afrodescendentes foram beneficiados apenas parcialmente pelos governos pós independência.

Nesse sentido, o livro leva os alunos a pensarem sobre como o processo de independência dos territórios não representou um bem para alguns povos, sobretudo os povos indígenas e afrodescendentes que continuaram às margens da sociedade. Além disso, os alunos podem compreender, com base no texto apresentado pelo livro didático, os fatores que levaram a marginalização desses povos, e como essa herança histórica ainda é prejudicial, à medida que esses povos sofrem com o racismo, o preconceito, os estigmas ainda muito presentes em nossa sociedade.

Quanto aos direitos dos povos indígenas, o livro destaca que

> [...] podemos refletir ainda sobre a ação política e as conquistas de grupos socialmente minoritários, ou seja, grupos que foram excluídos historicamente de posições de poder, como as populações negra e indígena, as mulheres, os idosos, as crianças e os adolescentes, ao decorrer do tempo. No caso, especificamente, do lugar onde vivemos, podemos nos perguntar se no Brasil atual a democracia e as condições para uma participação política democrática, por parte de todos, estão garantidas. (Cotrim et. al..., 2020, p. 97)

Como vemos na citação acima, o livro instiga os alunos a pensarem sobre a instituição dos direitos das populações negras e indígenas, as mulheres, os idosos, as crianças e os adolescentes e se estes direitos estão sendo cumpridos pelas organizações do governo e da sociedade como um todo.

Em 2012 foi aprovada a Lei de Cotas que determina que instituições federais brasileiras reservem 50% das vagas para estudantes oriundos de escolas públicas, negros e indígenas. Dito isso, no quadro “Contraponto”, presente no livro didático, são apresentados três textos a respeito das questões raciais no Brasil, sendo eles “Desigualdade racial no Brasil”, a “Situação social da população negra no Brasil” e “Projeto elimina critério racial das cotas de universidades e institutos federais”. Neste último, o texto irá falar sobre um Projeto de Lei 1.531/19 que altera a Lei de Cotas (12.711/12) para acabar com o critério racial de reserva de vagas em universidades e instituições federais de ensino.

Nesse sentido, o livro traz um questionamento para os alunos

> Qual sua posição sobre a Lei de Cotas? Após a leitura, escreva sua opinião sobre o assunto. Troque o texto com um colega. Façam comentários e críticas, por escrito, sobre o texto do outro. Depois, reavalie seu texto e seus argumentos. Complete-o com informações que considerar necessárias. (Cotrim et. al..., 2020, p. 147)

Esse debate é de extrema importância para se compreender a importância das cotas. Sabemos que, atualmente, muitas pessoas na sociedade brasileira ainda promovem um debate anti-cotas, à medida que governos de figuras extremamente preconceituosas e racistas se instituem no cenário político brasileiro. Portanto, promover debates sobre a importância das cotas em instituições públicas de ensino no Brasil, é de extrema importância para a formação de cidadãos que respeitarão e acolherão a diversidade da sociedade brasileiro, promovendo o respeito às populações historicamente marginalizadas e a compreensão das questões históricas do nosso país, para a formação de uma sociedade mais justa e igualitária.

O livro também traz alguns dados do IBGE sobre a desigualdade racial ainda muito presente no Brasil, desmistificando o mito da democracia racial[16]. Nos dados, podemos observar como a população branca tem muito mais oportunidades de empregos e de alfabetização em detrimento a pessoas negras e indígenas. A presença de dados como estes nos livros didáticos ajuda os alunos a entenderem mais sobre como vem se estruturando a sociedade e os sistemas brasileiros, a fim de privilegiar apenas um grupo social: os brancos. Portanto, as populações indígenas e negras acabam sendo colocadas as margens da sociedade brasileira, tendo seus direitos negligenciados e sua participação política quase que insignificante.

O 5º volume é intitulado “Estado, poder e democracia” e está divido em 4 unidades temáticas, sendo elas “Concepções de mundo”, “Estado, política e relações de poder”, “Estado e nação no Brasil e na América Latina” e “Poder, desigualdade e globalização”. Nesse livro, as habilidades EM13CHS302 e EM13CHS601 serão desenvolvidas.

[16] O mito da democracia racial refere-se a um estado de plena igualdade entre os cidadãos, sem distinção de raça, sexo ou etnia. A origem do conceito está ligada a uma narrativa que ganhou força na década de 1930, de que o Brasil encontrava uma solução para o racismo através da miscigenação.

No tópico “Estado moderno, nação e governo”, o livro traz um quadro com um mapa[17] do Brasil destacando as línguas indígenas faladas atualmente no Brasil. Ao todo, são mais de 45 línguas indígenas espalhadas por todo o território brasileiro. É interessante observar no mapa que a presença de línguas indígenas é quase inexistente no litoral brasileiro, sendo mais presente nas regiões norte, centro-oeste e noroeste do país. Isso pode ser utilizado pelo professor para promover um debate dentro da sala de aula para que os alunos possam discutir sobre a falta de presença das línguas indígenas no litoral do território brasileiro. Quais motivos levaram o desaparecimento de línguas indígenas nas regiões litorais do país? Qual a importância da recuperação e preservação dessas línguas para a sociedade brasileira? Diversas são as perguntas a serem realizadas em sala de aula que podem instigar os alunos a pesquisar, entender sobre a temática e promover debates com o objetivo de entender essas questões.

A maior parte dos povos indígenas foi dizimada a partir do processo de colonização. Estima-se que, antes da chegada dos europeus ao continente americano, existia uma população de 50 milhões a 60 milhões de indivíduos. Esses números foram reduzidos a 5 ou 6 milhões de pessoas no fim do século XVI. Esses dados são apresentados no livro didático e devem ser trabalhados em sala de aula para explicar o genocídio promovido pelos colonizadores europeus aos povos originários e também a redução drástica desses povos no território americano.

O livro traz um quadro com um texto que fala sobre a *encomienda* e o *repartimiento*, que foram os principais regimes de trabalho forçado impostos aos indígenas na América hispânica. Segundo o texto presente no livro didático

> [...] A *encomienda* prevaleceu na primeira metade do século XVI, centrada nos locais em que as populações nativas já estavam assentadas. Por esse sistema de trabalho, o colono *encomendero* recebia da Coroa espanhola o direito de utilizar a mão de obra de uma comunidade indígena inteira em atividades agrícolas ou extrativas e, em troca, devia pagar um tributo à metrópole e assegurar a educação cristã a todos. O *repartimiento*, por sua vez, era um tributo a ser pago em forma

[17] O mapa será analisado no capítulo 4 desta monografia intitulado “OS INDÍGENAS NOS LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA: as ilustrações presentes nos livros didáticos de História do Centro Educa Mais Prof.ª Margarida Pires Leal”.

> de trabalho: cada comunidade indígena submetida a esse sistema devia oferecer um contingente de adultos para trabalhar nas minas, fazendas ou obras públicas certo número de dias por mês. A temporada de serviços compulsórios valia à comunidade uma pequena remuneração ou um "partido", isto é, uma parcela dos metais obtidos. O sistema do *repartimiento* foi o mais duradouro mecanismo de domínio da população indígena nas colônias hispânicas, tendo sido utilizado da segunda metade do século XVI ao início do século XIX. (Cotrim et. al..., 2020, p. 87)

É importante destacar que a *encomienda* não se tratava de uma situação de escravidão. Timothy Yeager aponta que a encomienda foi uma forma de a Coroa espanhola expandir e defender seu Império a um custo reduzido, disseminar o cristianismo em territórios remotos oferecendo em troca ao conquistador a exploração da mão de obra indígena na forma de tributo. (YEAGER, 1995, p. 843). Ele também destaca que os *encomederos* não possuíam a titularidade de uma "propriedade" em relação aos povos indígenas, ficando a cargo deles o recebimento de um tributo fruto do seu trabalho. Assim, a Coroa garantia sua preeminência frente ao possível desenvolvimento de uma elite escravista americana, ou seja, pelo fato de o monarca conceder a exploração do trabalho e não a titularidade do indígena, retornando sempre para si a autoridade de conceder e revogar a mercê (Yeager, 1995, p.846).

É comum encontrar no livro boxes intitulado "Explorando outras fontes", onde são indicados livros, artigos, filmes, documentários e vídeos no YouTube, para que os alunos possam pesquisar e assim contribuir para o processo de compreensão daquilo que se está sendo trabalhado no capítulo. Esses boxes trazem muitos conteúdos relacionados a temática indígena, que ajudam na compreensão mais ampla por parte dos alunos.

No tópico "A revolta de Tupac Amaru", o livro apresenta uma das rebeliões dos povos indígenas contra a brutalidade da exploração colonial. Tupac Amaru foi um cacique da região de Tinta. Seu verdadeiro nome era José Gabriel Condorcanqui, ele adotou o nome de Tupac Amaru II em homenagem ao último imperador inca, assassinado pelos conquistadores espanhóis. Em 1780, Tupac Amaru II liderou um exército de 40 mil indígenas, mestiços e brancos pobres contra a administração colonial.

Nesse trecho do livro, os alunos podem perceber que os povos indígenas não mantinham a postura de passivos à violência cometida pelo processo de

colonização, como foi erroneamente construído esse estigma de indígena passivo aos abusos praticados pelos colonizadores durante os séculos.

No período de Ditadura Militar no Brasil, o livro apresenta num tópico sobre a “Operação Condor e as Comissões da Verdade”, a primeira sendo um sistema de comunicação e colaboração entre as polícias políticas dos países do Cone Sul, que se ajudavam na perseguição e na execução de adversários políticos, e a segunda sendo um relatório realizado para que pudessem desvendar e punir os culpados pelos crimes cometidos durante o período ditatorial. Nesse sentido, o livro destaca que

> O relatório revelou ainda detalhes dos métodos de tortura, das execuções, dos desaparecimentos e das prisões ilegais de adversários do regime militar. Além de comprovar a existência de 434 vítimas de crimes de violação de direitos humanos, a Comissão revelou o assassinato de 8.350 indígenas. (Cotrim et. al..., 2020, p. 118)

As diversas passagens analisadas, bem como a do trecho acima, contribuem para que os alunos percebam como os povos indígenas, até nos dias mais próximos da atualidade, sofrem com a violência, a negligência e o preconceito.

Portanto, o volume está de acordo com as competências especificas e habilidades previstas para a 3ª série do Novo Ensino Médio postas nos documentos oficiais BNCC e DCTMA para o Ensino Médio.

O último livro analisado é o volume 6. Intitulado “Trabalho e transformação social”. Este é o último livro a ser utilizado pelos alunos no Novo Ensino Médio. Nele serão tratadas e desenvolvidas as competências específicas voltadas para a análise crítica das relações de diferentes grupos, povos e sociedades com a natureza e seus impactos econômicos e socioambientais levando em consideração as habilidades EM13CHS302 e EM13CHS601.

Esse volume também se encontra divido em 4 unidades temáticas, sendo elas “Trabalho e projeto de vida”, “O trabalho nas sociedades pré-industriais”, “O trabalho na modernidade industrial” e “O trabalho no mundo globalizado”.

No tópico “A escravidão dos ‘negros da terra’”, o livro descreve sobre como a prática da escravização de indígenas já era presente no território brasileiro desde as primeiras décadas da chegada dos portugueses. Nesse tópico, o livro deixa claro para os alunos que, mesmo com a chegada dos escravizados africanos, a escravização de povos indígenas não cessou. No trecho a seguir, o livro discorre sobre os pensamentos equivocados a respeito da prática de escravização dos povos indígenas:

> Por muito tempo, difundiu-se a visão equivocada e preconceituosa de que os “negros da terra”, os indígenas, seriam “fracos” e “preguiçosos”, e, por isso, teriam sido substituídos pelos “negros da Guiné”, os africanos. Em 1570, a lei de proteção aos povos indígenas, promulgada pela Coroa portuguesa, admitia a escravização apenas de nativos que ameaçassem a segurança dos portugueses no Brasil. Porém, um fator a ser considerado: a lucratividade do tráfico de escravizados explicaria as posições em defesa dos povos indígenas. Quando havia africanos suficientes para o trabalho no Brasil, Coroa e missionários defendiam a ideia de que os indígenas possuíam alma, considerando-os passíveis de salvação por meio da conversão ao cristianismo, e pregavam a necessidade de eles serem protegidos da escravidão. Porém, quando havia escassez de africanos, como ocorreu durante a guerra entre portugueses e holandeses pela posse de Pernambuco, as leis de proteção aos indígenas eram flexibilizadas. (Cotrim et. al..., 2020, p. 72)

No tópico “A família patriarcal”, o livro problematiza o modelo de família patriarcal, em que o poder está centrado na figura de um homem, o patriarca, que definia as vidas e os rumos de todas as mulheres. Nesse sentido, o livro traz estudos recentes da sociologia da família que mostram que o modelo de família patriarcal foi tomado como regra pelos grupos dominantes influenciados pelos costumes europeus. Outros arranjos familiares sempre coexistiram com o modelo de família patriarcal, principalmente entre as populações mais pobres e em comunidades e sociedades marginalizadas como os povos negros escravizados, os diversos povos indígenas etc.

Diante destas questões, o livro traz três textos para que os alunos possam refletir sobre a relação entre parentesco, comunidade, língua e território, a partir do caso dos povos indígenas no Brasil. A partir do texto, os alunos são levados a pensar sobre as diferenças e semelhanças entre a maneira como a família deles são organizadas e o sistema de parentesco da etnia Aikewara, descrita em um dos textos.

Os 6 volumes analisados da coleção “Conexões: ciências humanas e sociais aplicadas”, também trazem diversas imagens que retratam os povos indígenas em diferentes épocas da nossa história. No capítulo seguinte, faremos a análise dessas imagens com o objetivo de compreender com elas representam os povos indígenas e se elas carregam ainda aspectos romantizados, preconceituosos e estigmatizados sobre essas populações.

# 4 – OS INDÍGENAS NOS LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA: AS ILUSTRAÇÕES PRESENTES NOS LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA DO CENTRO EDUCA MAIS PROF.ª MARGARIDA PIRES LEAL

Diariamente estamos nos deparando com imagens que nos prendem a atenção, nos atraem ou nos chocam, constituindo assim um conjunto de experiências visuais próprias. A imagem sempre esteve fortemente atrelada a vida do ser humano, à medida que a observação do cotidiano constituiu um processo de apreensão e de atribuição de significado presente na história do ser humano desde muito tempo. As pinturas rupestres, por exemplo, se fazem presentes nos sítios arqueológicos e demonstram registro da experiência de grupos ou indivíduos no seu dia a dia.

No decurso da história de inserção das imagens em diferentes instâncias do espaço escolar e materiais produzidos para esse espaço, o livro didático vem se destacando como um importante recurso para o espaço pedagógico. Neles estão contidas diversas imagens que se ligam com os textos, no intuito de promover uma melhor compreensão do conteúdo presente nesses livros.

Ainda que a introdução dessas imagens no ensino de História apresentadas como material didático demonstrem a importância desse recurso na cultura histórica escolar, a reflexão sobre o papel que essas imagens desempenham no processo ensino-aprendizagem ainda é pequena. Nesse sentido, Bittencourt (2003) destaca que

> A reflexão sobre as diversas ilustrações dos livros didáticos impõe-se como uma questão importante no ensino das disciplinas escolas pelo papel que elas têm desempenhado no processo pedagógico, surgindo indagações constantes quando se aprofundam as análises educacionais. Como são realizadas as leituras de imagens nos livros didáticos? As imagens complementam os textos dos livros ou servem apenas como ilustrações que visam tornar as páginas mais atrativas para os jovens leitores? (Bittencourt, 2003, p. 70)

Portanto, a presença dessas imagens nos livros didáticos não deve ser apenas para a complementação dos textos apresentados, mas também para a reflexão daquilo que as imagens apresentam, buscando compreender o porquê da escolha dessas imagens nos livros didáticos.

A importância das imagens como recurso pedagógico vem sendo destacada há mais de um século por diversos editores e autores de livros escolares de História. Porém, como acentua Bittencourt (2003), é importante lembrar que os livros didáticos são importantes veículos portadores de um sistema de valores, de uma ideologia, de uma cultura. Diversas pesquisas demonstraram como textos e ilustrações de obras didáticas transmitem estereótipos e valores dos grupos dominantes, generalizando temas, como etnias e culturas, de acordo com os preceitos da sociedade branca.

Atualmente, a utilização de imagens é um dos mais eficientes recursos/ferramentas pedagógicos no ensino de História para incrementar o processo ensino-aprendizagem. São diversos os meios que apresentam essa utilização: cinema, pintura, fotografias, mapas, histórias em quadrinhos etc. Nesse sentido, analisamos nesse capítulo, as imagens referentes aos povos indígenas presentes nos livros didáticos de História que são utilizados pelo Centro Educa Mais Prof.ª Margarida Pires Leal no Novo Ensino Médio, com o objetivo de perceber se estas apresentam aspectos preconceituosos, estereotipados e romantizados sobre essas populações.

Historicamente os povos indígenas sofreram e sofrem com a violência dos estigmas e das invasões de suas terras e destruição de suas culturas e modos de vida. Diversos são os fatores que contribuem para esses problemas, tais como a falta de representações indígenas em lugares de destaque em nossa sociedade, as frequentes violências cometidas contra essas populações, além da propagação de visões preconceituosas e estereotipadas sobre essas populações, presente em diversos setores da nossa sociedade, como na sala de aula das escolas brasileiras.

Portanto, é importante analisarmos os livros didáticos, que são os objetos de auxílio didático utilizados nas salas de aula das escolas brasileiras e que são capazes de influenciar a maneira como essas crianças e jovens percebem e compreendem a sociedade diversa ao redor deles, como ressalta Bittencourt (2003)

> Ele é portador de textos que auxiliam, ou podem auxiliar, o domínio da leitura crista em todos os níveis de escolarização, serve para ampliar informações, veiculando e divulgando, com

> uma linguagem mais acessível, o saber científico. Possibilita, igualmente, a articulação em suas páginas de outras linguagens além da escrita, que podem fornecer ao estudante uma maior autonomia frente ao conhecimento. Por seu intermédio, o conteúdo programático da disciplina torna-se explicito e, dessa forma, tem condições de auxiliar a aquisição de conceitos básicos do saber acumulado pelos métodos e pelo rigor científico. (Bittencourt, 2003, p. 73)

Nesse sentido, o papel do livro didático na vida escolar pode ser o de instrumento de reprodução de ideologias e do saber imposto por determinados setores de poder e pelo Estado.

Porém, cabe ao professor um papel muito importante diante da utilização de livros didáticos dentro de sala de aula, como acentua Bittencourt (2003)

> Ao se considerar a dimensão das formas de consumo do livro didático, não se pode omitir o poder do professor. Cabe a este, na maioria das vezes, a escolha do livro, e sua leitura na sala de aula é determinada também pelo professor. Os capítulos selecionados, os métodos de leitura em grupo ou individual, assim como as tarefas decorrentes da leitura, são opções exclusivas do professor, mesmo quando são inseridas e limitadas por projeto pedagógico estipulado pela escola. (Bittencourt, 2003, p. 74)

Entretanto, muitos dos professores que se encontram em salas de aulas espalhadas por todo o Brasil não tiveram contanto com as temáticas referentes aos povos indígenas durante suas formações e se tiveram, foram poucos e insuficientes para se trabalhar da melhor forma com essas temáticas dentro da sala de aula.

Durante meu período de estágio no Ensino Médio, tive contato com dois professores que relataram as dificuldades de se trabalhar em sala de aula com temáticas que não foram exploradas durante suas formações. Além disso, existe um grande problema envolvendo a formação continuada de professores no sistema educacional brasileiro. Diversos são os fatores que contribuem para o agravamento desse problema, tais como: condições financeiras, desconhecimento de cursos gratuitos, falta de espaço/tempo para a formação continuada dentro da carga horária escolar e a ausência de articulação dentro das instituições para possibilitar que os professores dediquem tempo para investir em capacitações.

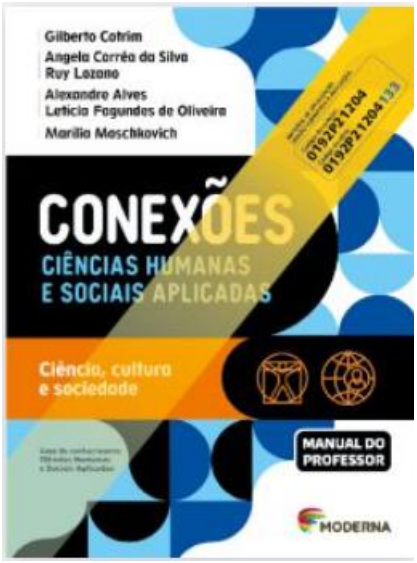
O papel do professor é importante diante do trabalho com o livro didático e a temática das populações indígenas, mas é de extrema importância o incentivo do Estado diante da falta de políticas dentro dessas áreas que possibilitem o professor absorver mais conhecimentos e desenvolver de forma mais eficiente os conteúdos programados para as instituições educacionais em que exercem seus papeis.

Acrescendo aos problemas apontados acima, ressaltamos as poucas referências aos povos indígenas presentes nos livros didáticos de História. As imagens sobre os indígenas são raras e, na maioria das vezes, ainda existem aquelas que reforçam aspectos preconceituosos, estereotipados, estigmatizantes ou romantizados dessas populações.

### 4.1 – Analisando as imagens presentes nos livros didáticos

Observando a representação das populações indígenas em alguns livros didáticos de História, podemos perceber uma variação significativa entre autores e as mudanças e permanências ao longo das últimas décadas. Pensando nisso, selecionamos algumas imagens presentes nos livros didáticos de História utilizados no Novo Ensino Médio no Centro Educa Mais Prof.ª Margarida Pires Leal, referente aos povos indígenas. Abaixo apresentamos a coleção analisada neste trabalho:

**Figura 1**




Capa do 1º volume da coleção “Conexões: ciências humanas e sociais aplicadas” da editora Moderna. (Fonte: Conexões: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Vol. 1. Gilberto Cotrim et. al..., 2020)

A primeira imagem selecionada está presente no primeiro volume intitulado “Ciência, cultura e sociedade”, na unidade temática “A Estrutura da Sociedade” onde o livro vai discutir sobre a socialização e a identidade pessoal focando na relação da sociedade com o meio ambiente e os avanços causados entre o contato dos povos, mostrando como as relações sociais são dinâmicas e estão sempre se modificando em resposta a processos ambientais, econômicos, políticos, técnicos, culturais etc.

**Figura 2**

Na imagem, mulheres indígenas da etnia Waurá, na aldeia Piyulaga, fotografam o ritual do Kuarup com seus aparelhos de telefone celular. Parque Indígena do Xingu, Gaúcha do Norte (MT), em 2019. (Fonte: Conexões: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Vol. 1. Gilberto Cotrim et. al..., 2020, p. 97)

A presença dessa imagem nos livros didáticos é importante à medida que ainda é comum ouvirmos comentários do tipo “índio numa picape”, “índio com celular” etc., com a intenção de inferiorizar os povos indígenas e colocá-los no lugar de uma sociedade atrasada que não tem direito às modificações causadas pelo tempo e pela sociedade ao seu redor.

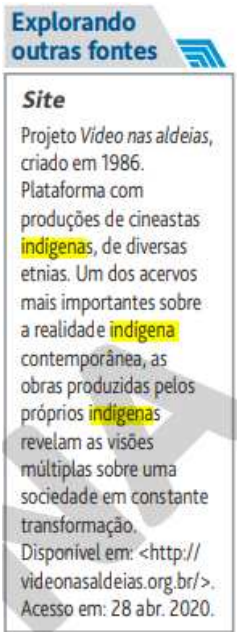
As populações indígenas fazem parte da sociedade brasileira atualmente, assim como qualquer outro grupo étnico, eles também estão sujeitos às mudanças que sofremos durante o tempo devido aos contatos com as tecnologias criadas e desenvolvidas diariamente. As relações sociais estão sempre se modificando e essa mudança pode modificar a própria sociedade e o meio em que estão inseridos.

Além disso, podemos perceber que as mulheres na imagem apresentam vestimentas comuns utilizadas por diversos outros brasileiros diariamente. Isso

vai contraditar aquilo que está presente no imaginário de muitos brasileiros que é a imagem do indígena sempre com os trajes tradicionais ou nus, que foi amplamente divulgada pelos manuais e livros didáticos desde o século XIX.

Ainda nessa mesma página há um box intitulado “Explorando outras fontes” onde o livro indica outras fontes para se compreender ou ter outros pontos de vista sobre a temática abordada na página.

**Figura 3**




Box retirado do volume 1 da coleção “Conexões: ciências humanas e sociais aplicadas”. (Fonte: Conexões: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Vol. 1. Gilberto Cotrim et. al..., 2020, p. 97)

Logo na página seguinte (98) do livro didático, temos a imagem de povos indígenas da etnia Pataxó na Aldeia Jaqueira onde eles aparecem passando pintura corporal durante um ritual de um indígena mais jovem.

**Figura 4**

Indígenas da etnia Pataxó na Aldeia Jaqueira passam a pintura corporal durante ritual, mostrando aspectos da socialização nos primeiros anos de vida de um indivíduo. Terra Indígena Pataxó, Porto Seguro (BA), em 2019. (Fonte: Conexões: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Vol. 1. Gilberto Cotrim et. al..., 2020, p. 98)

Nesta imagem, temos alguns aspectos que nos chamaram a atenção, diz respeito as vestimentas tradicionais e as vestimentas ditas “modernas” que são utilizadas por alguns dos indivíduos dessa etnia, demostrando que eles se integraram aos costumes da sociedade atual, mas continuaram mantendo os costumes próprios de suas culturas com suas vestimentas tradicionais.

Além disso, atentamos para a legenda das fotos como colocadas no livro, ali existe a preocupação em especificar a etnia dos povos indígenas representados, bem como sua exata localização atualmente. Nos manuais e livros didáticos antigos, era difícil distinguir quais etnias estavam sendo representadas nas imagens à medida que estes manuais não traziam informações suficientes a respeito daquilo que estava sendo representado, portanto, as pessoas que utilizavam esses manuais, entendiam os povos indígenas como um único e homogêneo povo, sem as riquezas e as especificidades que cada uma dessas etnias apresentava.

Nas páginas 114 e 115 são apresentados dados demográficos sobre os povos indígenas e suas terras no Brasil atual e um mapa detalhando os conflitos e terras indígenas (referente aos anos de 2009 a 2011).

**Figura 5**

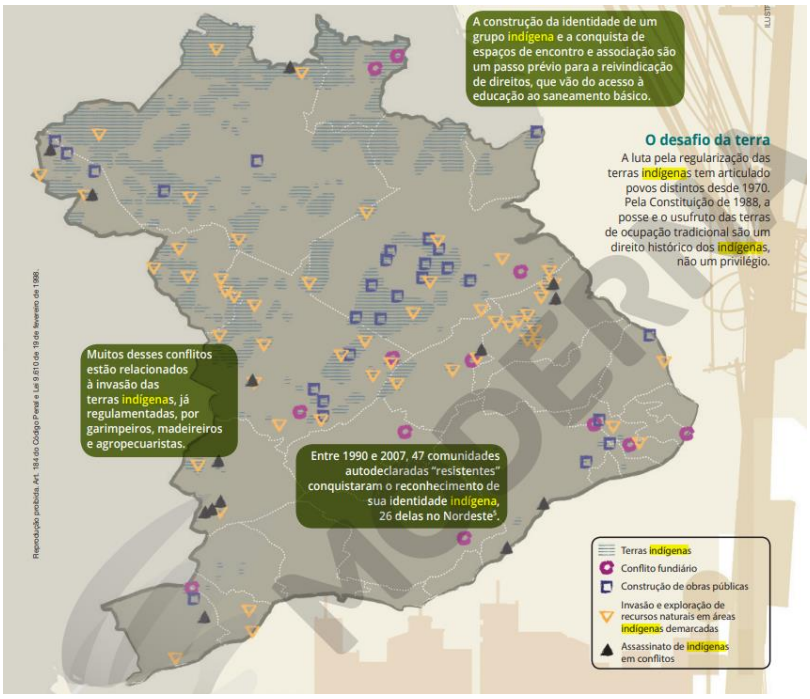



Ilustração de Beto Uech que apresenta onde se dão os conflitos indígenas e também as principais terras indígenas atualmente. (Fonte: Conexões: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Vol. 1. Gilberto Cotrim et. al..., 2020, 115)

Neste mapa, podemos compreender como e onde se situam os povos indígenas atualmente no Brasil, os conflitos fundiários, as construções de obras públicas, as invasões e explorações de recursos naturais em terras indígenas demarcadas e onde houve recentes conflitos que levaram ao assassinato de indígenas. A presença desses mapas nos livros didáticos é de grande importância para que os alunos compreendam onde estão situadas as principais terras indígenas e como as etnias que vivem nelas se encontram atualmente.

As questões dos conflitos de terras são importantes à medida que a maioria dos povos indígenas ainda são constantemente ameaçados de perder suas casas, suas culturas, conhecimentos e, principalmente, suas vidas. Os alunos devem compreender que, mesmo séculos após a chegada dos portugueses, os indígenas ainda sofrem as violências da colonização e da tomada de suas terras. Desde 1970, diversos povos têm se articulado para ajudar na luta pela regularização das terras indígenas. O livro acentua que a posse e o usufruto das terras de ocupação desses povos são um direito histórico dos indígenas e não um privilégio, como determina a Constituição de 1988.

O livro também apresenta um gráfico de “Onde vivem os indígenas brasileiros? – 2010”, que ajuda o aluno a compreender que nem todos os povos

indígenas estão em terras distantes da cidade, no meio do mato, vivendo como há 400 ou 500 anos atrás. Eles estão nos centros urbanos e nos campos rurais.

**Figura 6**

Gráfico do censo de 2010 que traz dados sobre onde vivem os indígenas brasileiros. (Fonte: Conexões: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Vol. 1. Gilberto Cotrim et. al..., 2020, 115)

Além disso, o livro acentua que os povos indígenas sofrem, tanto no campo quanto nas cidades, com pouca oferta de trabalho e melhores condições de saúde e educação, além da exclusão socioeconômica e étnica que é muito mais intensa que no campo.

Na página 137, o livro apresenta o conceito de espaço geográfico, que é o produto das relações entre a sociedade e a natureza e compreende as interações sociais, econômicas, políticas e culturais. Aqui são apresentadas duas imagens, uma da metrópole Nova Iorque nos Estados Unidos e outra da aldeia dos ianomâmi, que vivem em clareiras abertas na Floresta Amazônica.

**Figura 7**

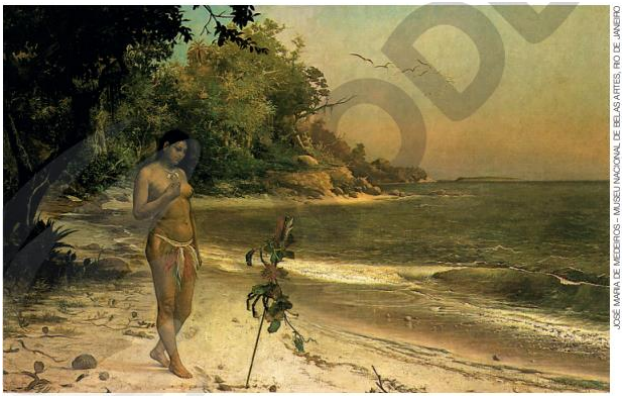
Ilha de Manhattan em Nova York, Estados Unidos, em 2019 (acima à esquerda). Vista da Comunidade Piaú (AM), em 2015 (acima à direita). (Fonte: Conexões: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Vol. 1. Gilberto Cotrim et. al..., 2020, p. 137)

Na primeira imagem (à esquerda) é apresentado um modelo de moradia dos povos ditos “civilizados”, já na segunda imagem (à direita), é apresentado um modelo de moradia dos povos indígenas. Existem outros diversos que se espalham pelo território brasileiro. Na imagem vemos a construção chamada “maloca”, que pode ser encontrada sobretudo na Amazonia e são construções grandes com divisórias internas, dentro das quais habitam vários grupos familiares. A arquitetura indígena é diversa e cada grupo étnico tem sua arquitetura e organização de espaço de acordo com suas especificidades.

É importante ressaltarmos que os povos indígenas não vivem só em habitações como essas. Eles também estão nas grandes cidades vivendo em casas comuns do ambiente urbano.

No volume 2, intitulado “População, territórios e fronteiras”, os povos indígenas são pouco retratados e apenas duas imagens referentes a eles são apresentadas no livro didático. Aqui iremos nos atentar apenas a uma imagem presente na página 149, que está no quadro “Foco no texto e na imagem” sobre o Romantismo brasileiro.

**Figura 8**




Iracema, de José Maria de Medeiros, 1881. Óleo sobre tela, 168,3cm x 2 550cm. (Fonte: Conexões: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Vol. 2. Gilberto Cotrim et. al..., 2020, p. 149)

Aqui temos uma ótima oportunidade para que o professor desenvolva junto aos alunos uma análise crítica, tanto sobre a imagem, quanto sobre o texto que a acompanha. *Iracema*, de José Maria Medeiros de 1881, foi inspirada no romance de José de Alencar escrito no período do Romantismo brasileiro na literatura.

Uma das tendencias literárias que se destacaram nesse período foi o Indianismo, que idealizava o indígena americano, o bom selvagem e sua cultura, em contraste com a barbárie civilizatória do europeu.

Na imagem podemos ver uma mulher indígena seminua em uma praia. Este quadro de José Maria de Medeiros, *Iracema* de 1881, quer transmitir a noção de um indígena puro, ingênuo e dócil. Esse período foi marcado pelo fomento, na literatura e nas artes, de uma imagem romântica e mítica dos povos indígenas, o bom selvagem

> Por oposição aos africanos, que lembravam a vergonhosa instituição escravocrata, o indígena permitia selecionar uma origem mítica e estetizada. A natureza brasileira também cumpria função paralela: se não tínhamos castelos medievais ou igrejas renascentistas, possuímos o maior dos rios, a mais bela vegetação. Entre palmeiras, abacaxis e outras frutas tropicais, aparecia representado o monarca, o Estado e a nação, destacando-se a exuberância de uma natureza sem igual. (…) Os índios do romantismo nunca foram tão brancos, e o monarca e a cultura brasileira se tornaram mais tropicais. Diante da rejeição ao negro escravo, e mesmo aos primeiros colonizadores, o indígena restava como legítimo representante da nação. (…) Como um bom selvagem tropical, o indígena romântico permitiu à jovem nação fazer as pazes com um passado honroso anúncio de um futuro promissor (SCHWARCZ, STARLING, 2015: 288-289).

Esse era o movimento do indianismo, um conjunto de representações sobre a origem do Brasil na estruturação harmônica da conjunção do branco e do índio, às custas, notoriamente, do sacrifício deste último em nome da modernização e do progresso que vinham da Europa. Nesse sentido, a nação tropical, cuja especificidade se expressava na condição de mestiça, aberta e acolhedora às diferenças, buscava se afirmar autêntica e promissora, com o objetivo de ter a validação das nações europeias, com quem queria manter as relações comerciais e econômicas.

A próxima imagem analisada está presente no volume 5, intitulado “Estado, poder e democracia”. Nesse tópico o livre discute o conceito de “natureza humana”, definido por Maquiavel, Hobbes e Rousseau, grandes sociólogos europeus, como base em valores e ideias de suas épocas e culturas, expressando uma visão etnocêntrica no contexto em que cada um deles viveram.

**Figura 9**

Audiência pública com a participação de representantes de povos indígenas, em Brasília (DF), 2019. (Fonte: Conexões: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Vol. 5. Gilberto Cotrim et. al..., 2020, p. 54)

Na imagem podemos ver duas mulheres indígenas. Elas representam a liderança indígena nacional, Sonia Guajajara (à esquerda), ao lado da então deputada, também indígena, Joenia Wapichana. Ter essas mulheres indígenas em posição de destaque no cenário político brasileiro atual demonstra o avanço, ainda que pouco, das políticas envolvendo o reconhecimento dos povos indígenas como parte importante da construção da História brasileira. Em 1988, a Constituição Federal reconheceu a diversidade étnico-cultural dos povos indígenas existentes no país, assegurando direitos fundamentais que regulamentam a relação entre os indígenas e o Estado brasileiro.

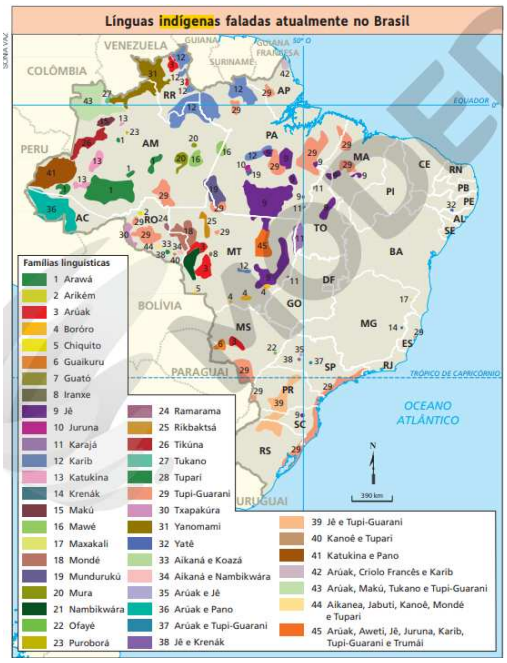
Essa imagem é um documento que nos faz perceber que o cenário político brasileiro está mudando. Há 50 anos, o cenário político brasileiro era composto majoritariamente por homens brancos. Por que uma sociedade tão diversa como a brasileira tem apenas homens brancos como representantes políticos? Atualmente, essa realidade mudou, mesmo que pouco, nos possibilitando ter pessoas de diferentes etnias, gêneros, sexualidades em posições importantes no cenário político brasileiro. O que abrange uma maior representação para a população de um país tão diverso como o Brasil.

A presença dessas imagens em livros didáticos é importante, à medida que podem ser utilizadas como base para o desenvolvimento do olhar crítico dos alunos sobre a sociedade brasileira, a fim de perceber os problemas referentes ao reconhecimento de direitos de populações historicamente marginalizadas. Elas representam as conquistas no campo jurídico, que asseguram a adoção

dos princípios defendidos pelos movimentos indígenas, entre eles o da participação efetiva dos povos ou de seus representantes em todas as instâncias do poder público, não só como beneficiários, mas principalmente como mentores de seus projetos e sujeitos da nova política brasileira.

Seguindo no mesmo tópico, o livro didático apresenta um mapa com as principais “Línguas indígenas faladas atualmente no Brasil”.

**Figura 10**




Mapa das línguas indígenas faladas atualmente no Brasil. (Fonte: Conexões: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Vol. 5. Gilberto Cotrim et. al..., 2020, p. 55)

A presença desse mapa no livro didático é importante pois, em 1759, no período colonial, um alvará régio fez com que a disciplina de Língua Portuguesa se tornasse obrigatória e o ensino de línguas indígenas fosse proibido. Também, durante a ditadura do Estado Novo (1937 – 1945), do então presidente Getúlio Vargas (1882 – 1954) nacionalizou a educação e instituiu o chamado crime idiomático, que determinava que a pessoa que falasse cotidianamente outra língua que não fosse o português, poderia ser presa.

O mapa ajuda os alunos a compreenderem, primeiramente, como as línguas indígenas faladas atualmente no Brasil se distribuem em cada região do país e, posteriormente, como elas sobreviveram com o tempo, mesmo com todos esses desafios impostos pelo Estado moderno, que até incriminavam quem as

falasse diariamente. Assim os alunos podem compreender que os povos indígenas resistem até os dias atuais diante do avanço da sociedade moderna, preservando seus traços tradicionais, sua cultura e línguas, e objetivando o reconhecimento dos seus direitos à terra, à cultura, à liberdade.

Contudo, é extremamente importante o trabalho de incentivo dos professores em relação ao reconhecimento, por parte dos alunos, das causas indígenas, pois a implementação de políticas e projetos de melhoria das condições de vida dos povos indígenas implica mudanças na postura institucional das instâncias de poder público para que estas assegurem espaços de participação e tratamento igualitário no sentido de acatar propostas das populações indígenas. É importante que nos setores do poder público, como a educação, a saúde entre outros, a participação e representação indígena seja ativamente presente, para que possamos formar cidadãos capazes de compreender e respeitar a diversidade existente no nosso país.

## 5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

O livro didático continua sendo o principal suporte pedagógico utilizado nas diversas salas de aula de todo o país, para auxiliar o professor e os alunos no cumprimento de suas atividades. O projeto de Novo Ensino Médio implantado em diversas escolas no país inteiro, acabou comprometendo o desenvolvimento de algumas disciplinas, dentre elas a História, que é de fundamental importância para o desenvolvimento do pensamento crítico dos alunos em sala de aula e para o conhecimento da construção da História do país. Isso fez com que diversos livros didáticos fossem reformulados, juntando disciplinas por áreas de conhecimento, na qual as disciplinas de História, Geografia, Sociologia e Filosofia se encontram todas juntas na área de conhecimento “Ciências Humanas e Sociais”. Isso fez com que os conteúdos referentes a essas disciplinas fossem mesclados e encurtados, o que prejudicou muito as temáticas abordadas nos livros didáticos de cada disciplina, sobretudo a História.

A partir do entendimento do livro didático como fonte histórica nos debruçamos nesta pesquisa com o objetivo de estudar os povos indígenas. Nesse sentido, buscou-se analisar nessa monografia, como os povos indígenas são representados nos textos e iconografias presentes nos livros didáticos de História do Novo Ensino Médio adotados pelo Centro Educa Mais Prof.ª Margarida Pires Leal.

Analisando a temática dos povos indígenas presentes nos 6 volumes da coleção adotada pela instituição, pudemos perceber que eles cumprem parte daquilo que é proposto pelos documentos oficiais da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e pelo Documento Curricular do Território Maranhense para Novo Ensino Médio (DCTMA). Eles demonstram uma evolução sobre os manuais e livros didáticos publicados e utilizados anteriormente, em relação as temáticas indígenas que colocava os povos indígenas sempre nas perspectivas de povos pouco desenvolvidos, o que contribua para visões homogeneizadas e estigmatizantes sobre esses povos.

Elencamos abaixo os principais pontos encontrados nos livros didáticos analisados:

Os livros apresentam a diversidade étnica existente entre as populações indígenas, destacando os espaços que estas sociedades ocupam, bem como algumas de suas especificidades;

As imagens transmitem os povos indígenas em diferentes épocas da História do Brasil, não os limitando apenas ao período colonial. Eles aparecem em momentos atuais, principalmente, em lugares de destaque político, indo contra ao que diversos manuais e livros didáticos publicados anteriormente costumavam apresentar;

Os livros apresentam boxes que funcionam como objetos de complementação para o entendimento da temática pelos alunos, contribuindo para o conhecimento de outros e novos olhares;

Apesar do avanço em relação a alguns aspectos, ainda é pouco o espaço destinado as temáticas indígenas presentes nos livros didáticos, alguns dos volumes analisados destinavam apenas um ou dois tópicos sobre a temática indígena, mas isso, na atual configuração do Ensino Médio que acabou limitando quase todos (ou todos) os conteúdos da disciplina de História. Nesta perspectiva, importa ao pesquisador “sair do já nomeado, do interpretado e procurar entender esses textos como discursos que produziram e produzem efeitos de sentidos a serem compreendidos nas condições em que apareceram e nas de hoje” (Orlandi, 1990, p.18). Por isso devemos propor novas abordagens desses materiais em sala de aula, com o objetivo de problematizar as representações já construídas sobre as populações indígenas e discutir as suas condições de produção no cenário da colonização europeia na América;

Os livros apresentam mapas e gráficos que ajudam os alunos a compreenderem como e onde os povos indígenas se situam atualmente no território brasileiro, bem como os conflitos de terras, as resistências organizadas pelos povos indígenas e suas atuações no cenário político brasileiro;

Os exercícios dos livros didáticos não objetivam mais apenas a memorização e repetição dos fatos históricos, mas a compreensão das causas e os efeitos desses fatos, desenvolvendo, com a ajuda do professor, o olhar crítico dos alunos diante dos fatos históricos.

Conclui-se que estamos vivendo um momento de transição nas diferentes esferas públicas e na sociedade brasileira como um todo, em que o cumprimento da legislação e a construção de políticas públicas para atender diferentes realidades no país são objetivos a serem cumpridos, dando possibilidades para a construção de novos caminhos que possibilitem a autonomia e o protagonismo de povos historicamente marginalizados, como os povos indígenas. Devemos trazer cada vez mais, para dentro das salas de aula, as diferentes abordagens existentes sobre a história dos povos indígenas, para que essas narrativas sejam tomadas como objeto de problematização e reconstrução pelos próprios estudantes. Também, fazer análises sobre os diversos materiais didáticos presentes nas escolas e como eles estão se apropriando e representando a temática indígena. Só assim poderemos contribuir para uma visão mais crítica a respeito das produções dos livros didáticos que ainda não dão conta de representar os povos indígenas como eles realmente são e merecem ser representados.

## REFERÊNCIAS

ABUD, Katia Maria. **O livro didático e a popularização do saber histórico**. In: SILVA, Marcos A. (Org.). Repensando a história. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1984. p. 81-87.

ARRUDA, A. **O ambiente natural e seus habitantes no imaginário brasileiro – Negociando a diferença**. In: . (Org.). Representando a alteridade. Petrópolis (RJ): Vozes, 1998.

AZEVEDO, Crislane Barbosa et al. **Leitura e compreensão do mundo na educação básica: o ensino de História e a utilização de diferentes linguagens em sala de aula**. Roteiro, Joaçaba, v. 36, n. 1, p. 55-80, jan./jun. 2011. Disponível em: < https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/3789288.pdf> . Acesso em 23 outubro 2023.

BATISTA, A. A. G. **Um objeto variável e instável: textos, impressos e livros didáticos**. In: ABREU, M. (Org.). Leitura, história e história da leitura. Campinas: Mercado de Letras: Associação de Leitura do Brasil; São Paulo : FAPESP, 1999. (Coleção Histórias de Leitura)

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **História das populações indígenas na escola: memórias e esquecimentos.** In: PEREIRA, Amilcar Araujo; MONTEIRO, Ana Maria (Orgs.). **Ensino de histórias afro-brasileiras e indígenas.** Rio de Janeiro: Pallas, 2013. p. 101-132. Disponível em: <http://www.producao.usp.br/handle/BDPI/44520>. Acesso em: 26 nov. 2021.

_____ **“Livros didáticos entre textos e imagens”.** In: BITTENCOURT, Circe. (org.) O saber histórico na sala de aula. 7ª. ed. São Paulo: Contexto, 2002.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008**. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/ bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em: 4 setembro de 2023.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Secretaria de Educação Fundamental**. Parâmetros Curriculares Nacionais: História. Brasília: MEC/SEF, 1998

BRASIL. Ministério da Educação. **Secretaria de Educação Média e Tecnológica**. Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio. Brasília: MEC, 1999.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018.

BRASIL, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: **Lei n. 9394/96.** Brasília, MEC. 1996.

CAMINHA, Pero Vaz de**. A carta de Pero Vaz de Caminha.** [S.l.]: Fundação Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/Acervo_Digital/livros_eletronicos/carta.pdf>. Acesso em: 27 nov. 2021.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. **Índios na Constituição.** Direitos dos Povos Indígenas em Disputa, ed.1. São Paulo: Unesp, 2018.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. **História dos índios no Brasil.** São Paulo: Cia. das Letras, 1992a.

CAVALHEIRO, Rosa Maria; COSTA, Flamarion Laba da. **A temática indígena no livro didático.** Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/7304.pdf>. Acesso em: 27 nov. 2021.

CHAVES, Edilson Aparecido. **A música caipira em aulas de História: questões e possibilidades**. 2006. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, NPPD/PPGE-UFPR. Curitiba, 2006.

Constituição (1988**). Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Centro Gráfico, 1988. BRASIL.

COTRIM, Gilberto et. al.... **Conexões**: ciências humanas e sociais aplicadas: ciência, cultura e sociedade. / -- 1. ed. Vol. 1 -- São Paulo: Moderna, 2020.

_____ **Conexões**: ciências humanas e sociais aplicadas: população, territórios e fronteiras. / -- 1. ed. Vol. 2 -- São Paulo: Moderna, 2020.

_____ **Conexões**: ciências humanas e sociais aplicadas: sociedade e meio ambiente. / -- 1. ed. Vol. 3 -- São Paulo: Moderna, 2020.

_____ **Conexões**: ciências humanas e sociais aplicadas: ética e cidadania. / -- 1. ed. Vol. 4 -- São Paulo: Moderna, 2020.

_____ **Conexões**: ciências humanas e sociais aplicadas: estado, poder e democracia. / -- 1. ed. Vol. 5 -- São Paulo: Moderna, 2020.

_____ **Conexões**: ciências humanas e sociais aplicadas: trabalho e transformação social. / -- 1. ed. Vol. 6 -- São Paulo: Moderna, 2020.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **"Índios, cidadania e direitos".** In: **O índio e a cidadania.** Comissão Pró-Índio, São Paulo: Brasiliense, pp. 52-8, 1983.

**Documento Curricular do Território Maranhense para a Educação Infantil e o Ensino Fundamental.** 1. Ed. – Rio de Janeiro: FGV Editora, 2019. p. 440-459.

**Entenda o Novo Ensino Médio e os livros por área do conhecimento.** Editora Brasil. São Paulo, 28 de abril 2022. Disponível em: https://www.editoradobrasil.net.br/entenda-o-novo-ensino-medio-e-os-livros-por-areas-do-conhecimento/#:~:text=Em%20suma%2C%20se%20at%C3%A9%202021,da%20Natureza%20e%20Ci%C3%AAncias%20Humanas.> Acesso em: 28 de outubro de 2023.

FERREIRA, Olavo Leonel. ***História do Brasil***. 2º grau. São Paulo: Editora Ática, 1996.

FERREIRA, Windyz Brazão. **O conceito de diversidade no BNCC, Relações de poder e interesses ocultos.** IN: **Revista Retratos da Escola.** 2015. p. 299-319. Disponível em: <http://www.esforce.org.br/>. Acesso em: 27 nov. 2021.

FREITAS, I. **Temáticas indígenas nos livros didáticos de História regional**. In: _____. História regional para a escolarização básica no Brasil: o texto didático em questão (2006/2009). São Cristovão: Editora UFS, 2009.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Lima Salgado. **Nação e civilização nos trópicos:** o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. Estudos Históricos, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 5-27, 1988.

GRUPIONI, Luís Donizete Benzi. **Livros didáticos e fontes de informações sobre as sociedades indígenas no Brasil**. In: SILVA, Aracy Lopes da; GRUPIONI, Luís Donizete Benzi (Orgs.). A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º 2º graus. Brasília, DF: MEC, 1995.

HILL, Jonathan (Org.) **History, Power and Identity**: ethnogenesis in the Americas, 1942- 1992. Iowa City: University of Iowa Press, 1996.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Brasileiro 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2023/08/brasil-tem-1-69-milhao-de-indigenas-aponta-censo-2022#:~:text=O%20Brasil%20tem%201.693.535,feira%20(7%2F8). Acesso em: 26 de novembro de 2023.

LACERDA, Joaquim Maria de. **Pequena História do Brazil:** por perguntas e respostas. São Paulo: Francisco Alves, 1907. 95 p. Disponível em: < http://emad.fflch.usp.br/livros-did-ticos-digitalizados>. Acesso em: 24 set. 2023.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura:** um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Zahar, 2001, p. 73-74.

LEAL, S. P.; CALDERONI, V. A. O. **A (quase) ausência de conhecimentos sobre os povos indígenas em um dos livros didáticos de sociologia da rede estadual de ensino de MS**. In: **CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS, 12.**, Anais... Organização de Carla Fabiana Costa Calarge e Antonio Hilario Aguilera Urquiza. Campo Grande: UCDB, 2015, p. 475-491. Disponível em: https://drive.google.com/ file/d/0B1K9blGsFl_YejZTTHphZWVEQ2c/view. Acesso: 5 de setembro 2023.

MACEDO, Joaquim Manuel de Macedo. **Lições de História do Brazil.** 9. ed. Rio de Janeiro: Livreiro editor, 1898. 408 p. Disponível em: < http://emad.fflch.usp.br/livros-did-ticos-digitalizados>. Acesso em: 23 set. 2023.

MARANHÃO, Secretaria de Estado da Educação. **Documento curricular do território maranhense:** ensino médio. Maranhão, Secretaria de Estado da Educação. — São Luís, 2022. v.2: il.

MELO, Ciro Flávio Castro Bandeira de. **Senhores da história e do esquecimento:** a construção do Brasil em dois manuais didáticos de História na segunda metade do século XIX. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2008.

MONTEIRO, Diogo Francisco Cruz. **Representação do índio nos livros didáticos de História:** diálogos sobre identidades. In: **FÓRUM IDENTIDADES E ALTERIDADES: educação e relações étnico-raciais**, 6., 2010, Itabaiana. Anais... Itabaiana: UFS, 2010.

MORENO, Jean Carlos. **História na Base Nacional Comum Curricular: Déjà vu e novos dilemas no século XXI.** IN: História & Ensino. 2016. p. 07-27.

NATALINO, E. dos S. **As tradições históricas indígenas diante da conquista e colonização da América:** transformações e continuidades entre nahuas e incas. **Revista de História**, São Paulo, FFLCH/USP, n.150, 1º semestre de 2004.

OLIVEIRA, SR. **Ensino de História indígena:** trabalhando com narrativas coloniais e representações sociais. In: PORTUGAL, AR., and HURTADO, LR., orgs. Representações culturais da América indígena [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015. Desafios contemporâneos collection, pp. 59-80. ISBN 978-85-7983-629-9. Available from SciELO Books.

ORLANDI, E. P. **Terra à vista. Discursos do confronto:** velho e novo mundo. Campinas/ São Paulo: Unicamp/Cortez, 1990.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural.** 2ª Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

RABELO, Diego Fernando Silva. **Indígenas nos livros didáticos: uma análise das representações dos povos indígenas nos livros de História do Ensino Médio adotado pela escola estadual Liceu Maranhense (2017-2018).** / Diego Fernando Silva Rabelo. – São Luís, 2019.

RAMOS, Alcida Rita. **Sociedades Indígenas.** Brasil: Ática, 1986.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 2006. p. 88.

RIBEIRO, João. **História do Brazil.** Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1917. 156 p. Disponível em: < http://emad.fflch.usp.br/livros-did-ticos-digitalizados> . Acesso em: 29 set. 2023.

ROCHA, Antonio Vieira da. **Resumo da História do Brazil.** 4. ed. Rio de Janeiro: livraria Francisco Alves, 1914. 93 p. Disponível em: < http://emad.fflch.usp.br/livros-did-ticos-digitalizados>. Acesso em: 27 set. 2023.

ROOSEVELT, Anna Curtenius. **Arqueologia amazônica.** In: CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). **História dos índios no Brasil.** São Paulo: Cia. das Letras, 1992, p. 53-86.

SCARAMELI, José. **Lições de História do Brasil.** 5. ed. São Paulo: Editora Brasileira, 1934. 64 p. Disponível em: < http://emad.fflch.usp.br/livros-did-ticos-digitalizados>. Acesso em: 30 set. 2023.

SCHWARCZ, Lilia M.; STARLING, Heloísa M. **Brasil:** uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças:** cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SILVA, Maria da Penha da. **A presença dos povos indígenas nos subsídios didáticos:** leitura crítica sobre as abordagens das imagens e textos impressos. Mnenosine Revista, [S.l.], v. 1, n. 2, p. 221-243, jul./dez. 2010.

SILVA, Phábio Rocha da. **A (in)visibilidade indígena no livro didático de História do Ensino Médio.** In: **ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH-RIO: saberes e práticas científicas**, 16., 2014, Rio de Janeiro. Anais eletrônicos... Rio de Janeiro: ANPUH, 2014. Disponível em: < http://www.encontro2014.rj.anpuh.org/resources/anais/28/1400212166_ARQUIVO_Phabio_Rocha.pdf>. Acesso em: 23 de outubro de 2023.

VARNHAGEN, F. A. **"Crônica do descobrimento do Brasil",** in O Panorama: jornallitterario e instructivo da Sociedade propagadora dos conhecimentos uteis,vol. 4, jan-dez, 1840.

VASCONCELLOS, Simão. **Crônica da Companhia de Jesus do Estado do Brasil, 1663**. vol. 1, p. 75-76. Senado Federal. Institucional. Biblioteca Digital. CC BY-NC-SA 3.0 BR. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/242811. Acesso em 5 out. 2023.

YEAGER, Timothy. **Encomienda or slavery? The Spanish Crown's choice of labor organization in Sixteenth Century Spanish America.** The Journal of Economic History, v. 55, n. 4, p. 842-859, 1995.